



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

AMANDA ESCALEIRA DA COSTA

**A UNIVERSIDADE TAMBÉM É NOSSA:
O DESAFIO DA PERMANÊNCIA DE *ESTUDANTESMÃES* NOS CURSOS
DE GRADUAÇÃO DA UFRJ**

Rio de Janeiro

2022

AMANDA ESCALEIRA DA COSTA

**A UNIVERSIDADE TAMBÉM É NOSSA:
O DESAFIO DA PERMANÊNCIA DE *ESTUDANTESMÃES* NOS CURSOS
DE GRADUAÇÃO DA UFRJ**

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de licenciatura em Pedagogia.
Orientadora: Prof^ª Dr^ª Patrícia Baroni

Rio de Janeiro, 06 de setembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Patrícia Baroni

UFRJ

Profa. Ms. Luana Fontel

UFRJ

Profa. Dra. Ana Paula Abreu Moura

UFRJ

Rio de Janeiro
2022

Dedico essa monografia a todas as que já foram e às que ainda são mães graduandas, em especial, à minha mãe. Eu as entendo, as vejo e desejo do fundo do coração que sejam compreendidas, acolhidas e respeitadas pelo restante da sociedade, principalmente pela comunidade acadêmica da qual fazemos parte.

It takes a village to raise a child
(provérbio africano)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais por terem me passado o valor da educação, por me incentivarem, acreditarem no meu potencial e me ensinarem a persistir nos meus objetivos.

Meu marido, minha mãe e minha sogra pelas vezes que ficaram com meu filho para eu estudar.

Meu marido por me acolher nos momentos de estresse, desespero, exaustão e por sempre me mostrar que eu conseguiria.

Minha orientadora por toda paciência e empatia, por não se importar do meu filho participar dos nossos encontros e por todos os ensinamentos que me proporcionou.

COSTA, Amanda Escaleira da. **A universidade também é nossa: o desafio da permanência de estudantes mães nos cursos de graduação da UFRJ**. Rio de Janeiro, 2022. Monografia (Licenciatura em Pedagogia). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

RESUMO

Esta monografia trata do desafio da permanência de *estudantes mães* nos cursos de graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e de como a academia lida com isso. O tema baseia-se em pesquisar quais são os dispositivos de produção de inexistência que interferem na rotina de *discentes mães* relativa às suas atividades universitárias, tal qual as táticas elaboradas por elas com o intuito de superar os mecanismos que visam a exclusão das mesmas. Sendo assim, o objetivo geral é expor alguns desses distintos dispositivos que produzem inexistência experienciado por três *graduandas mães* ao longo de suas trajetórias acadêmicas, assim como descobrir quais são as táticas utilizadas por elas a fim de resistirem e alcançarem a permanência ainda que todo um sistema as empurre na direção contrária. Isso foi feito através de conversas com *alunas mães* de diferentes cursos e com filho e filhas de diferentes idades, as quais foram feitas à luz da pesquisa narrativa, pesquisa com os cotidianos, metodologia de conversas e a cartografia social. A fim de enriquecer a nossa discussão o debate teórico a partir dos conceitos de produção de inexistência (Santos, 2010), dispositivos (Foucault, 2000), táticas (Certeau, 1994), parentalidade (Neyrand, 2015), adultocentrismo (Santiago & Faria, 2015), interseccionalidade (Collins & Bilge, 2021) e a “expulsão” vivida pelas *estudantes mães* ao invés de evasão Fontel (2019).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
Carta de uma mãe	08
Narrativa autobiográfica	10
A gestação da pesquisa	17
1 ARTES DE FAZERMATERNAR	20
1.1 Pesquisa narrativa	20
1.2 Pesquisa com os cotidianos	21
1.3 metodologia de conversas	22
1.4 Cartografia social	23
2 GERAR UMA CRIANÇA É UM ATO POLÍTICO	25
3 AFETOS DE MÃES QUE LUTAM	33
3.1 Conversa com Mithaly: eu também tenho direito de ocupar a universidade que é um espaço de produção, eu também sou capaz de produzir!	34
3.2 Conversa com Rayane: eu acredito que ser mãe contribuiu pra eu amadurecer na universidade	38
3.3 Conversa com Elizama: eu desisti algumas vezes, não por conta da maternidade, mas sim por conta do preconceito	41
4 PUERPÉRIO	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49
ANEXO I: CARTA DO COLETIVO DE MÃES AO CONSUNI	51
ANEXO II: RESOLUÇÃO N° 02/2019	55
ANEXO III: LEI N° 6.202/1975	68
ANEXO IV: DECRETO LEI N° 1.044/1969	69

INTRODUÇÃO

Carta de uma mãe

Queridas/os leitores,

O presente trabalho trata de um assunto que é de todos, mas é tratado como individual, pois em nossa sociedade se uma mulher engravida, é *problema e/ou culpa dela*. Se engravidou, foi porque quis ou não se cuidou. Se a criança se machuca, foi porque a mãe não cuidou. Se não é gentil ou cortês, foi a mãe que não educou.

E se a mãe quer estudar para ensinar, ser exemplo e tentar promover um futuro digno e melhor para o seu filho? Aí, ela também é culpada, já que engravidou na hora errada e não seguiu o roteiro destinado a ela de primeiro se formar para depois se tornar mãe. A vida das mães estudantes não é mais fácil: sabemos que isso é uma grande ilusão, pois os desafios e cobranças continuam a existir apesar de não serem os mesmos. Se essa mulher já acumula as funções de estudante e trabalhadora e se torna mãe, pior ainda.

Estes julgamentos sociais sobre as mães obviamente permeiam as instituições, inclusive as que se declaram progressistas, como no caso das universidades. É acerca de tal contradição que essa monografia pretende se debruçar, justamente sobre como as comunidades acadêmicas - aqui nos restringiremos a da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - , dificultam a permanência de *alunasmães*¹, por vezes as excluindo e até promovendo a sua expulsão ainda que de forma velada.

O interesse por esta temática veio de uma necessidade interna de entender, denunciar e ajudar o corpo social a perceber a potência das mães e de seus filhos e o quão são injustos com elas e eles. Tal necessidade surgiu da minha própria experiência após vivenciar a graduação de três formas diferentes: sem filho,

¹ Com Alves (2008) aprendi que a escrita conjunta de palavras tem a ver com a busca de superação das marcas de um modo hegemônico de pensar. Este modo de pensar que buscamos superar utiliza como um de seus principais movimentos a dicotomização dos termos, que costumam ser vistos como pares, mas que opõem-se entre si.

gestante e com filho. O que nos afeta nos estimula, até porque como afirma Santos (2008), *todo conhecimento é autoconhecimento*.

Nesse mesmo sentido Ferraço (2003) contribui afirmando que, ao fazermos uma pesquisa, estamos, na verdade, pesquisando a nós mesmos. Em suas palavras: *estamos sempre em busca de nós mesmos, de nossas histórias de vida, de nossos “lugares”. (...) Apesar de pretendemos, nesses estudos, explicar os “outros”, no fundo estamos nos explicando* (p.158-160).

Sendo assim, os convido para embarcar nessa minha/nossa jornada de autoconhecimento, pois se você está aqui é porque algo na temática igualmente te sensibiliza por algum motivo. Agradeço pela companhia e espero que seja uma viagem enriquecedora para nós.

Um forte abraço,
Amanda

Narrativa (auto)biográfica

Lembro da primeira vez em que pisei numa universidade para acompanhar a minha irmã mais velha. Eu era bem nova, provavelmente tinha menos de dez anos de idade. Eu a acompanhei em um dia de prova e me senti “o máximo”. Fiquei bem quietinha, escrevendo com as minhas canetas coloridas e imaginando que um dia eu também estaria ali fazendo a minha própria prova.

Alguns anos mais tarde, fui à universidade pela segunda vez. Dessa vez, estive em uma outra instituição para acompanhar a minha mãe em uma de suas aulas, pois quando eu e minha irmã caçula já não éramos tão pequenas, ela resolveu retomar os estudos. Fez supletivo para finalizar o Ensino Médio e, em seguida, realizou o seu sonho de cursar a faculdade.

Esses dois momentos foram muito importantes para despertar em mim a vontade de vivenciar a vida acadêmica no futuro. Sobretudo, me alertou sobre a possibilidade de seguir nos estudos mesmo após a maternidade, pois assim como eu, a minha irmã mais velha engravidou durante a graduação e apesar de por vezes quase ter desistido, ela chegou a se formar.

Logo que iniciei a vida acadêmica foi no curso de Ciência Política e por lá não convivi com alunas que fossem mães. Após aproximadamente três anos de curso, não aguentava mais e resolvi trocar de graduação. Fiz novamente o ENEM², dessa vez para cursar Pedagogia. Logo nos primeiros dias de aula percebi muitas diferenças entre os cursos (até por serem em universidades distintas), dentre elas as que mais me chamaram a atenção foram a quantidade de alunos e o perfil deles.

Em Pedagogia, além de haver mais turmas, elas eram mais cheias, predominadas pelo sexo feminino e tinha uma variedade maior na faixa etária discente. Devido ao grande número de mulheres e também por ter uma diversidade maior na faixa etária, havia mais estudantes que já eram mães e pais.

Sempre ouvi, até mesmo pela experiência da minha mãe e irmã, que era complicado conciliar maternidade com estudos e trabalho, porém foi apenas convivendo com uma *estudentemãe* que levava sua filha para as aulas todos os dias por não ter ajuda que “caiu a minha ficha”. Algumas vezes, enquanto estudava em

² Exame Nacional do Ensino Médio

casa e estava cansada, saturada de tantos trabalhos para fazer, eu me lembrava dela e pensava que se pra mim já estava difícil, me perguntava como estava sendo para ela, como é que ela conseguia e achava que se estivesse em seu lugar eu não estaria “dando conta”, pois sempre fui acostumada a estudar no meu tempo e com silêncio e sabia que com uma criança pequena isso era praticamente impossível.

Enfim, o tempo passou e no primeiro semestre de 2019 eu engravidei enquanto cursava dois estágios obrigatórios e mais algumas disciplinas. Foi bem complicado finalizar este semestre, visto que a carga horária dedicada aos estudos era grande e no início da gestação eu me sentia muito sonolenta. Diferentemente de outros cursos, na Pedagogia precisamos cumprir diversos estágios referentes a diferentes atuações do pedagogo. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) temos cinco estágios obrigatórios denominados: Prática em Política e Administração Educacional, Prática de Ensino das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Prática de Ensino de Educação Infantil, Prática de Ensino de Educação de Jovens e Adultos, Prática de Ensino de Magistério e Disciplinas Pedagógicas do Ensino Médio. Cada um deles tem uma carga horária de 160 horas, sendo 100 horas cumpridas nas escolas públicas conveniadas e 60 horas na UFRJ em aulas com as professoras responsáveis pelas respectivas disciplinas.

Por se tratar de uma gravidez não planejada, meus planos de organização para os semestres seguintes *foram por água abaixo*. No segundo semestre de 2019 eu peguei apenas uma disciplina e um estágio, justamente por este último exigir uma carga horária bem maior. Fiz isso em razão do cansaço do semestre anterior e também porque, apesar da minha data provável de parto ser para o final de dezembro, quando já estaria de férias, sabia que o final da gestação exige mais da mãe e que com o peso da barriga, dores na coluna e inchaço das pernas, seria melhor ficar um pouco mais quieta em casa nesse momento.

Na época em que tomei essa decisão, eu não sabia que o Regime Especial de Atendimento Domiciliar (READ) contemplava o último mês de gestação. Na verdade, eu sabia bem pouco sobre ele: apenas que permitia que alunas recém-mães, assim como pessoas adoecidas, poderiam acioná-lo para realizar os estudos domiciliares. O pouco que sabia havia descoberto por acaso, quando uma professora o citou brevemente em uma de suas aulas. Acredito que se não fosse por essa coincidência de estar na aula dessa professora e exatamente no momento em

que ela falou sobre isso, eu não imaginaria a existência desse regime e nem que pudesse existir algo voltado para *mãesdiscentes*, como uma licença maternidade, e por exemplo.

Ao engravidar, lembrei dessa aula e por um lado me senti aliviada por poder continuar meus estudos e estar com meu filho ao mesmo tempo, principalmente por saber como esse contato inicial é importante para ele, para a nossa relação e crucial para a amamentação. Já por outro, ainda estava em dúvida se esse seria o ideal, visto que puerpério não é nada fácil, a recuperação do parto dependendo do caso igualmente pode também ser, ainda tem a privação de sono e adaptação a uma nova rotina.

Após uma conversa com uma colega de curso que também estava grávida e havia se informado na coordenação sobre o READ, fiquei sabendo que ele poderia ser iniciado no oitavo mês de gestação, mas que precisaria de atestado médico para isso e só iria até o segundo mês de vida do bebê. Isso me desanimou demais, pois eu estava esperando que fossem pelo menos seis meses. Dessa forma, desisti dele e resolvi que trancaria o primeiro semestre de 2020 para poder me dedicar totalmente ao bebê, até porque fiquei com medo dos professores me enviarem textos e trabalhos demais e serem muito rígidos na correção por não me conhecerem e nem terem outras formas de me avaliar.

Voltando à minha experiência enquanto *alunagestante*, tive a *má sorte* de nenhuma das minhas disciplinas terem a sala de aula no térreo e de nenhum dos prédios ter elevador. Uma delas era no primeiro andar e em outra era no terceiro. Na escola onde eu estava estagiando também era no terceiro e sem elevador. Ou seja, era sempre cansativo, principalmente porque ainda tinha que levar uma mochila que alguns dias ficava um pouco mais pesada. Com relação à empatia e ao acolhimento, lembro que um dia um dos alunos da escola de educação especial para jovens e adultos onde eu estagiava fez questão de subir com a minha mochila mesmo eu dizendo que não precisava. Eu me sentia muito acolhida e cuidada por eles, já na universidade em nenhum momento outras pessoas se sensibilizaram a ponto de me oferecerem ajuda para carregar minha mochila ao me verem subindo as escadas.

Ademais dessa situação da mochila, quase sempre me senti acolhida e cuidada enquanto estagiava, principalmente pelos alunos e pela professora da turma em que eu ficava e por uma outra turma cuja sala de aula era próxima e a professora

fazia muitas atividades em conjunto com a da minha. Eles costumavam perguntar se eu estava bem, ofereciam seus lanches para dividirem comigo, pediam para fazer carinho na minha barriga, me elogiavam e inclusive organizaram um chá de bebê para se despedirem de mim no meu último dia de estágio.

Já na universidade as coisas se davam de forma um pouco mais diversa e impessoal: nas duas disciplinas em que me matriculei, em uma delas eu era praticamente invisível. A única pergunta que a professora me fez foi quando o bebê nasceria. Com relações aos colegas da turma, apesar das exceções, também não senti interesse e nem empatia. Já na outra disciplina, a experiência foi bem diferente, especialmente por parte da professora que em todas as aulas perguntava como eu e o bebê estávamos, me deu prioridade para marcar a minha regência no estágio, permitiu que eu entregasse o meu relatório antes do prazo, além de tudo ainda organizou um chá de bebê surpresa com a turma.

Enfim, o tempo passou, meu filho nasceu e no início do primeiro semestre de 2020 precisei ir ao campus universitário para trancar minha matrícula, o que na época já achei um absurdo de não poder ser feito de forma online. Obviamente, precisei levar meu bebê junto pois ainda era muito novinho e sua única fonte de alimentação era o leite materno. Tive a sorte da minha mãe poder ir junto comigo. Sem ela, para me ajudar com o deslocamento teria sido muito mais complicado.

Pouco tempo depois, se iniciou a pandemia³ e a universidade precisou parar. Meses mais tarde, com a volta das aulas de forma remota, eu pude retomar os estudos Neste momento nomeado como *Período Letivo Excepcional* não precisei destrancar a matrícula, mas no semestre seguinte, eu fui obrigada a ir presencialmente fazer o destrancamento. Se para trancar eu já achei um absurdo fazê-lo apenas de forma presencial, fiquei ainda mais abismada que precisasse comparecer para destrancar no meio de um contexto de pandemia, sobretudo ao saber que em outros cursos isso era permitido ser realizado de forma online.

Quanto à experiência de *graduandamãe* em ensino remoto no meio de uma pandemia eu não consigo encontrar palavras para descrever como tem sido desafiador explicar a luta interna constante que travo comigo mesma a cada início

³ Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou que o surto do novo coronavírus constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia.

de semestre para me manter firme e não desistir. A possibilidade de estudar dessa forma é maravilhosa por um lado, pois me permite estar com meu filho. É bom não precisar correr atrás de alguém que possa ficar com ele durante as minhas aulas presenciais ou levá-lo junto comigo para a universidade onde eu sei que não tem nenhuma infraestrutura para recebê-lo e onde posso expô-lo a olhares e comentários preconceituosos.

Por outro lado, assistir aulas online síncronas com ele é uma loucura. Especialmente depois que aprendeu a andar, ele fica circulando pela casa e gosta de subir em móveis e na janela. Por isso, eu preciso ficar com um olho na aula (no celular no caso), e o outro nele, o que inviabiliza fazer anotações, ficar com a câmera aberta e que em alguns momentos dificulta a minha interação com o restante da turma e os professores. Outra situação que por vezes acontece é que preciso amamentar ou colocá-lo para dormir enquanto as aulas síncronas estão acontecendo. Infelizmente, muitos professores não imaginam o esforço que é só estar ali prestando atenção e cobram que a câmera seja ligada ou dizem que vão considerar a participação nas aulas durante suas avaliações.

Já a atuação nas aulas assíncronas é mais tranquila, pois como tenho liberdade de escolher quando fazê-la, opto pelas ocasiões em que o bebê está dormindo ou que meu marido pode ficar com ele. Durante todo o período pandêmico vivi fases diferentes: em algumas tive ajuda da minha mãe; em outras tive ajuda da minha sogra; em outras não tive ajuda de ninguém. Também conto pouco com a ajuda do meu companheiro, pois o tempo que ele tem disponível durante a semana. Aos finais de semana ele até teria tempo para ficar com o filho e assim, me liberar para estudar, no entanto é um período muito curto para cuidarmos da casa, ir ao mercado, ficar com a criança e ainda tentar descansar alguns minutos que sejam, o que muitas vezes inviabiliza a minha dedicação aos estudos por algumas horas.

Sendo assim, eu preciso aproveitar qualquer oportunidade possível para estudar, sacrificando meus momentos de ócio e sono, levando-me a exaustão ou até mesmo a adoecer, como já ocorreu. Além disso, quando estou colocando meu filho para dormir e ele já está bem sonolento nos meus braços sendo amamentado, eu já pego o celular para ler algum texto ou fazer algum trabalho simultaneamente. É de se imaginar que não é uma tarefa fácil, pois estou mais habituada ao computador; ler, marcar, fazer anotações de textos e escrever pelo celular é mais desconfortável

para mim, ainda mais enquanto estou ao mesmo tempo segurando o bebê no colo. Somado a isso, me exige mais foco, visto que as mensagens no whatsapp, nas redes sociais e os e-mails disputam minha atenção.

Outra situação desafiadora é quando ele já está dormindo. Por vezes, estou estudando, mas ele acorda e eu preciso parar naquele exato momento. Sendo assim, a minha linha de raciocínio é afetada e mais tarde, ao retornar, eu preciso tentar retomar o fio do pensamento, o que por diversas vezes gera algum impacto negativo nas minhas produções. É igualmente frustrante já estar quase terminando e ser obrigada a parar ou quando um trabalho é *quebrado* em tantos dias que se torna cansativo demais o constante retorno a ele que, sem estímulo, transforma-se em uma tarefa maçante.

Enfim, todos esses obstáculos em conciliar a maternidade com a vida acadêmica, ao mesmo tempo que me geraram muita frustração e cansaço, também estimularam a resiliência e a vontade de fazer a minha monografia sobre tal temática como uma forma de desabafo, denúncia e luta política pelas *discentesmães*. Expondo a minha vontade durante uma das aulas da disciplina de Monografia, na qual produzimos o nosso projeto, fiquei sabendo através de uma outra *estudantemãe* da existência do “Coletivo de Mães da UFRJ” (CMUFRJ) e, mais tarde, através dele, tive o conhecimento do projeto de extensão “Mães na Universidade: acesso, permanência e progressão de mães”, do qual passei a participar como extensionista. Ambos me trouxeram acolhimento e, mais ainda, a dimensão da importância de se falar sobre as condições das mães universitárias e lutar para que nossas demandas sejam vistas, consideradas e a maternidade valorizada, não só na comunidade acadêmica, mas na sociedade como um todo.



Fonte: arquivo pessoal

Gestação da pesquisa

Após contar um pouco de mim e das experiências dessa *discênciamãe*, apresento o tema desta pesquisa que consiste em investigar os diferentes dispositivos de produção de inexistência que afetam diretamente a vida cotidiana das *alunasmães* no espaço acadêmico, bem como as táticas tecidas por estas estudantes para driblar os respectivos mecanismos de exclusão sobre elas. Na verdade, isso acontece com todas as pessoas que exercem a função de cuidadoras de outrem, porém como em nossa cultura esse trabalho é quase que unanimemente atribuído às mulheres e, em grande parte, é cuidando de suas filhas e filhos. Então, nesta pesquisa, iremos nos restringir à situação das estudantes mulheres que são mães.

Analisando o perfil de estudante considerado nas políticas universitárias fica claro que este não contempla as especificidades das mulheres que nela estudam e que também vivem a maternidade durante a realização de seus cursos de formação, fazendo com que elas se sintam invisíveis e por vezes, culpadas pela sua especificidade enquanto mães. Na realidade, elas são submetidas a diferentes e estratégicos processos de exclusão, sendo frequentemente ignoradas, julgadas e desestimuladas a prosseguir.

Um exemplo disso é o momento em que escrevo esta monografia⁴. Em março de 2020, iniciou-se a pandemia de covid-19. Como medida preventiva, as universidades brasileiras suspenderam as aulas presenciais. Diante da demora da desaceleração da transmissão do vírus e do desenvolvimento da vacina, a UFRJ optou pelo retorno das aulas de forma remota e o denominado “Período Letivo Excepcional” (PLE) teve início no final do mês de agosto de 2020.

Em julho de 2021, devido à vacinação contra a covid-19, a UFRJ começou a se organizar para a volta das atividades presenciais e a preparar seu plano de retorno gradual às atividades. De acordo com esse plano, a previsão de regresso de parte das aulas no formato presencial seria no primeiro semestre do ano letivo de 2022⁵. No entanto, tal planejamento foi atravessado e surpreendido, em outubro de 2021, por uma decisão do Ministério Público, que obrigou o retorno presencial em

⁴ Fragmento escrito em dezembro de 2021.

⁵ O período letivo 2022.1 se iniciou em abril de 2022 e terminou em agosto de 2022.

duas semanas. Com isso, no dia 16 de novembro de 2021, a universidade foi obrigada por força judicial a iniciar seu retorno gradual.

Diante deste cenário, o Coletivo de Mães da UFRJ (CMUFRJ) elaborou uma carta para ser lida durante reunião do Conselho Universitário (Consuni) no dia 11 de novembro de 2021. Nesta carta, o coletivo ressalta a importância de que as condições específicas das *alunasmães* fossem consideradas na volta às atividades presenciais, afinal, é comum que as políticas universitárias abordem a discência desassociando a possibilidade de que as estudantes mulheres que formam a comunidade acadêmica sejam também mães. A presente carta consta no anexo I desta monografia.

Ante o exposto, esta monografia tem como objetivo geral apresentar alguns dos diferentes dispositivos de produção de inexistência experimentados por três *mulheresestudantesmães* durante a discência universitária na graduação. Além disso, esta pesquisa visa identificar as táticas produzidas por essas mulheres que se inscrevem enquanto modos de resistência no âmbito dessas experiências excludentes.

Apresentados os objetivos da pesquisa, apresento o primeiro capítulo, intitulado *Artes de fazermaternar*, em que apresentarei as trilhas metodológicas que me guiaram, explicitando os princípios que se inscrevem na pesquisa narrativa, na pesquisa com os cotidianos, na metodologia de conversas e na cartografia social.

No segundo capítulo, *Gerar uma criança é um ato político*, tecerei um diálogo enredando conceitos e histórico de pesquisas referentes à parentalidade (Neyrand, 2015), produção de inexistência (Santos, 2010), dispositivos (Foucault, 2000) e táticas (Certeau, 1994).

Mais à frente, no terceiro capítulo, denominado *Afetos de mães que lutam*, trarei os dados apurados nas conversas feitas com três *mulheresmãesgraduandas* de diferentes cursos da UFRJ. São elas: Mithaly, licencianda em geografia e mãe de três meninas, gêmeas de 12 anos e uma de 10; Rayane, bacharelada em enfermagem e obstetrícia, e mãe de um bebê de 1 ano e 5 meses; e Elizama, licencianda em pedagogia e mãe de uma menina de 5 anos. Nessas conversas, destaco as diferentes maneiras em que a maternidade das estudantes é produzida como inexistente, bem como um repertório amplo de táticas criadas por essas mesmas mães para que possam garantir seu direito ao ensino superior.

Finalmente, apresentarei as reflexões e conclusões desta produção, no último capítulo chamado *Puerpério*.

Antes de iniciar o primeiro capítulo, considero importante destacar ainda que serão apresentadas algumas imagens ao longo da monografia não apenas para ilustrar e complementar a parte escrita, mas para serem texto, vivido e sentido pelas leitoras e leitores e que expressam os cotidianos de algumas mãesdiscentes.

1 ARTES DE FAZERMATERNAR

A partir de agora, me dedicarei a abordar algumas das artes de fazer que contribuíram para que o diálogo com os diferentes autores pesquisados, assim como as conversas que foram tecidas com as *mulheres mães graduandas*, pudesse ser dotado de sensibilidade e de empatia.

Começarei trazendo alguns princípios da *pesquisa narrativa*, a partir dos estudos de Clandinin e Connelly (2011). Em seguida, apresentarei a *pesquisa com os cotidianos*, elencando os movimentos abordados por Alves (2008). Trarei também as concepções da *metodologia de conversas*, a partir das produções de Ribeiro, Souza e Sampaio (2018) e, finalmente, as ideias presentes na *cartografia social*, a partir de Kastrup (2009).

1.1 Pesquisa narrativa

Segundo Clandinin e Connelly (2011), as experiências narrativas são as histórias que as pessoas vivem. Para os autores, as pessoas vivem suas histórias e é no contar dessas histórias que vamos nos reafirmando e nos modificando, criando novas histórias. De acordo com os autores, as narrativas são tanto um fenômeno a ser investigado como um método utilizado em investigação.

Nesse sentido, Souza (2006) pontua que as narrativas são utilizadas como meio de investigação e formação.

Essa perspectiva de trabalho configura-se como investigação porque se vincula à produção de conhecimentos experienciais dos sujeitos adultos em formação. Por outro lado, é formação porque parte do princípio de que o sujeito toma consciência de si e de suas aprendizagens experienciais quando vive, simultaneamente, os papéis de ator e investigador da sua própria história. (Souza, 2006, p.139)

Relacionando a concepção de Souza com a abordagem de Clandinin e Connelly, as narrativas são a investigação e o processo de formação está ancorado nas histórias contadas pelos sujeitos. Afinal, o contato com a experiência conduz o sujeito à reconfiguração de si. Desse modo, *a narrativa não é apenas um meio para se compreender a experiência, mas também um meio para a aprendizagem humana* (CLANDININ e CONNELLY, 2011; LARROSA, 1996). Fiorentini (2006, p. 29)

também dialoga com a concepção de pesquisa narrativa. Para o pesquisador, as narrativas se tornaram um instrumento profícuo nas pesquisas em educação.

1.2 Pesquisa com os cotidianos

Nessa mesma linha de pensamento, temos a pesquisa com os cotidianos. Somos ensinados que para um conhecimento ser científico, ele requer que sujeito e objeto sejam distanciados, porém dessa forma estamos deslegitimando tantos conhecimentos que são criados em nossos cotidianos não os dando a devida importância. Muitas vezes sequer os identificamos enquanto saberes e, por isso mesmo, não nos aprofundamos neles.

Nesse sentido, Alves (2008, p. 16) defende que *esses conhecimentos e as formas como são tecidos exigem que admitamos ser preciso mergulhar inteiramente em outras lógicas para apreendê-los e compreendê-los* e acrescenta que *como a vida, os cotidianos formam um 'objeto' complexo, o que exige também métodos complexos para conhecê-lo*. Em busca de ler os cotidianos através de outras lentes tão possíveis e potentes quanto aquelas que convencionamos utilizar, a autora sugere que aprendamos quatro movimentos.

No primeiro deles, denominado *sentimento do mundo*, somos convidados a dar devido valor e atenção a todos os nossos sentidos, utilizando-os em nossos estudos sem hierarquizá-los como normalmente fazemos (privilegiando a visão).

O segundo movimento, ela chamou de *virar de ponta cabeça*. Este pressupõe superar as barreiras impostas pelas teorias e conceitos já estabelecidos pela ciência moderna que muitas vezes nos limitam.

Nesse sentido também está o terceiro movimento, que recebe o nome *beber em todas as fontes* e que propõe validar outras fontes, as quais normalmente são desconsideradas pelos métodos científicos tradicionais. É importante citar que autora vem revisitando os conceitos em torno deste movimento para que as pesquisas com os cotidianos não acabem por, ao validar outras fontes, tecer uma proposta extrativista de pesquisa.

Para completar, Nilda Alves traz o quarto aspecto intitulado *narrar a vida e literaturizar a ciência*. Neste, a pensadora argumenta que essa nova forma de fazer ciência igualmente requer novos modos de escrita.

1.3 metodologia de conversas

Enredados com o que Alves nos propõe, Ribeiro, Souza e Sampaio (2018) apresentam a metodologia de conversas. Esse modo de pesquisar vai além do foco em instrumentos de pesquisa, procedimentos e técnicas. No caso da metodologia (com m minúsculo mesmo), considera-se também quem somos e o lugar a partir do qual pensamos. Sendo assim, há *uma dialógica entre epistemologia, ética, política e método* (Ribeiro, Souza e Sampaio, 2018, p.167). Exatamente por isso optamos por trazê-la neste trabalho, já que igualmente acreditamos na necessidade de superar o conhecimento neutro e objetivo difundido pela modernidade positivista, pois

falar de uma pesquisa cuja metodologia quer habitar o fora significa falar de uma ação investigativa para a qual são insuficientes os “procedimentos” pensados para garantir o (ilusório) controle, assim como não satisfazem os “instrumentos” que visam quantificar, generalizar, igualar. Não se trata, no bojo da conversa como metodologia de pesquisa, de categorizar as falas dos sujeitos interlocutores da ação investigativa, de inseri-las em quadros descritivos ou em conceitos-chave, recolher delas dados e analisá-los. Trata-se, antes, de pensar com elas, escutá-las, pensar a partir delas, com toda a imprevisibilidade, incomensurabilidade, inventividade e contingência que a pesquisa pode revelar. (Ribeiro, Souza e Sampaio, 2018, p.169)

Desta forma, ao propor a conversa como metodologia subvertemos as lógicas do paradigma cartesiano, visto que a imprevisibilidade dela é contrária ao controle valorizado por este último. Principalmente quando estamos dispostos a dela participar, valorizando a horizontalidade das relações ao garantir que todos tenham voz e seus saberes igualmente legitimados. É essa humanidade que prezamos ao estar com as *alunasmães* que conjuntamente comigo constroem a nossa conversa e, por conseguinte, esse trabalho. Buscamos que seja uma conversa repleta de acolhimento, empatia, compaixão, perguntas e reflexões.

Seguindo esse modo de enredar diferentes praticantes da/na pesquisa, a conversa torna-se um momento de troca acerca de alguma questão que atinja a todos. Isso é feito conjuntamente e é formativo para ambos, não deixando espaço para o descritivismo ou para a mera análise de respostas a perguntas previamente formuladas (sejam elas estruturadas ou semi-estruturadas). Aqui não estamos apenas atrás de respostas: a nós interessa a riqueza da construção conjunta de novas indagações trazidas pelo estar junto e pela partilha de ideias e experiências. Nas palavras dos autores, trata-se de

uma estética da presença, do olhar no olho, do versar com, vinculada a uma práxis vital e a uma ética que nos levam a criar e habitar novos territórios existenciais, a experimentar o mundo de novas formas, de construí-lo compartilhadamente, nas interações e a partir de indagações. (Ribeiro, Souza e Sampaio, 2018, p.173)

1.4 Cartografia social

Quanto à cartografia social, trata-se de uma proposta metodológica tecida a partir dos debates desenvolvidos por Deleuze e Guattari, que almeja acompanhar processos, sendo isto o que a difere dos métodos mais comumente utilizados, focados apenas em representar objetos. Com esse intuito, a cartografia não segue um caminho único previamente estabelecido, que busca uma síntese final. O que ela pretende é encontrar pistas, que pretendem retratar, debater e abordar vivências, em especial a do cartógrafo, valorizando assim as subjetividades (tão censuradas pelas ciências cognitivas contemporâneas).

Justamente por isso, o método cartográfico foi um dos selecionados para estar aqui nesta pesquisa, pois consegue contemplar e dar a devida importância às experiências, inclusive com suas nuances. Este trabalho não está em busca da criação de uma regra geral que fale da exclusão das *mulheres mães estudantes*, mas dos dispositivos de subjetividade que demarcam esse processo de exclusão.

Além disso, outra identificação que tive com esta metodologia foi com a ideia de “produção de dados” ao invés de “coleta de dados”. De acordo com Kastrup (2009, p. 33), *A formulação paradoxal de uma “produção de dados” visa ressaltar que há uma real produção, mas do que, em alguma medida, já estava lá de modo virtual*. Nesse sentido, entendemos que as informações não são intactas e estão ali apenas esperando para serem captadas. Para nós, elas são formuladas conjuntamente com os pesquisadores e demais participantes da pesquisa ao se articular ferramentas, instrumentos e situações ouvidas e vivenciadas.

Assim sendo, esta pesquisa se guiará pelas quatro variedades da atenção do cartógrafo, as quais são denominadas rastreio, toque, pouso e reconhecimento atento. Na cartografia não há de antemão um alvo a ser encontrado e seguido, este aparecerá provavelmente de forma aleatória e inesperada. Então, como é que começamos? Justamente pelo rastreio. Nesta etapa fazemos a varredura do terreno, procurando identificar onde as pistas estão através de conversas, leitura da

legislação, observação, estudo de contextos. No meu caso, por exemplo, o rastreio se iniciou com a reflexão e escrita sobre a minha autobiografia e também na procura por *graduandasmães* as quais com as quais eu poderia conversar.

Em seguida há o toque, que é quando se está rastreando assistematicamente o campo, de maneira totalmente aleatória e despreocupada até que repentinamente a atenção do pesquisador é capturada através de uma breve sensação, um pequeno vestígio que ativa o processo de seleção ao destacar-se no grupo dos componentes analisados. Nesta monografia, isso se deu quando encontrei as pessoas com quem de fato eu desejava conversar e a documentação que irei apresentar aqui, como por exemplo, a carta do Coletivo de Mães (CMUFRJ).

Na sequência está o pouso, definido por Kastrup (2009) como

o gesto do pouso indica que a percepção, seja ela visual, auditiva ou outra, realiza uma parada e o campo se fecha, numa espécie de zoom. Um novo território se forma, o campo de observação se reconfigura. A atenção muda de escala. (Kastrup, 2009, p. 43)

Nessa variedade atencional nós permanecemos um tempo. No caso desta monografia farei o zoom ao ler e reler as documentações e ao ouvir novamente e com grande dedicação as gravações das conversas.

Por último, há o gesto do reconhecimento atento, que consiste em nos reconduzir ao objeto a fim de evidenciar seus delineamentos e singularidades. Isto se realiza mediante a interseção entre a percepção e a memória que passam a trabalhar conjuntamente e referindo-se mutuamente uma à outra. A memória direciona à percepção imagens antigas que se aproximem dela, quando estas não a revestem integralmente, novamente apela-se a áreas mais distantes da memória. Nesse movimento, que não é linear e sim no formato de circuitos, a imagem atual é progressivamente modificada. Na presente produção, tal gesto se dará ao final quando voltarei ao meu objetivo a fim de verificar se as reflexões com as conversas e demais fontes da pesquisa respondem a ele.

Apresentadas as pistas que contribuíram para que eu pudesse tecer o percurso metodológico desta pesquisa, me dedicarei a partir de agora a dialogar com conceitos que atravessam as inquietações que trago nesta produção a partir das experiências cotidianas das *alunasmães* da UFRJ.

2 GERAR UMA CRIANÇA É UM ATO POLÍTICO

Início esse capítulo de discussão teórica trazendo o tão importante e pertinente conceito de produção de inexistência de Santos (2009). O autor explica que o pensamento moderno ocidental é abissal, pois se fundamenta em uma organização que diferencia a realidade social dividindo-a em dois universos discrepantes por intermédio de linhas radicais globais que originam o universo 'deste lado da linha' e o universo 'do outro lado da linha'. Tal separação é tão contrastante que a realidade 'do outro lado da linha' é suprimida, produzida como inexistente, visto que *inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível* (Santos, 2009, p.23).

Ademais, a principal característica desse pensamento é a inviabilidade da existência simultânea dos dois lados da linha, até porque, tudo o que é invisibilizado ou tido como inexistente por um lado da linha é excluído totalmente por ele e obviamente é oriundo do outro lado. Nas palavras do autor, *o outro lado da linha compreende uma vasta gama de experiências desperdiçadas, tornadas invisíveis, tal como os seus autores, e sem uma localização territorial fixa* (Santos, 2009, p.26).

Dito isto, eu pergunto: de que lado da linha estão as mães que estudam? Sim! Elas são colocadas 'do outro lado da linha', até porque para a sociedade patriarcal, capitalista e neoliberal em que vivemos a única opção aceitável para elas é estar em casa cuidando dos filhos, exercendo uma maternidade compulsória, um trabalho não-remunerado e desvalorizado, visto que esperam de nós que sejamos mães como se não fôssemos profissionais e que sejamos profissionais como se não tivéssemos filhos. Isso fica claro ao nos cobrarem a mesma produtividade de um homem, seja no mundo corporativo ou acadêmico, que na grande maioria dos casos sabemos que não cumprem as obrigações parentais e domésticas com a mesma dedicação que as mulheres.

Continuando com as indagações: quem mais está do mesmo lado da linha que nós? Sim, os(as) nossos(as) filhos(as) igualmente foram relegados(as). Se nós não fizermos por eles, quem fará? Menores precisam de cuidadores. Porém, se meu filho(a) precisa ser amamentado, quem (além de mim) poderá fazê-lo? Ainda que eu tire leite e deixe para tentar suprir essa necessidade do meu filho, se ele ficar doente, quem o levará ao médico? Se tiver reunião na escola, quem comparecerá?

Caso eu tenha rede de apoio, terei alguém para fazer isso e que, na grande maioria dos casos, também será uma mulher. E possivelmente será uma mulher aposentada, ou desempregada, ou que receberá algum dinheiro por esse serviço de cuidado.

Justamente por essa perspectiva adultocêntrica, que desconsidera as necessidades das crianças, é que consideramos que essa visão se inscreve na perspectiva do pensamento abissal e chamamos atenção para o fato de que as universidades precisam também considerar as necessidades das crianças ao formularem suas políticas de permanência para *estudantesmães*. Nossos filhos não são apenas nossa responsabilidade e sim de toda a sociedade. Igualmente, se torna relevante pensar que nossos filhos são o futuro: eles estão aqui conosco fazendo o presente. Como nos informam Santiago & Faria (2015), o adultocentrismo é *um dos preconceitos mais naturalizados pela sociedade contemporânea. Ele atribui capacidades e fazeres às crianças para que se tornem adultas no futuro, desconsiderando os aspectos singulares da própria infância* (SANTIAGO & FARIA, 2015, p. 73).

O irônico é que tanto nós, quanto nossos(as) filhos(as), não temos nada de invisíveis. Pelo contrário, ao entrarmos na universidade estando gestantes ou com crianças, recebemos muitos olhares. Esses olhares nem sempre são acolhedores ou empáticos. Nós somos vistas, julgadas e ignoradas, o que pode ser comprovado pela falta de reconhecimento com relação às nossas demandas. Não somos invisíveis: somos invisibilizadas. Isso fica perceptível ao praticamente não sermos citadas nas políticas institucionais.⁶

No que diz respeito a isso, tal produção de inexistência se reflete na ausência de um levantamento sobre a nossa categoria, aspecto que foi muito bem lembrado e defendido por Mithaly, uma das *alunasmães* com quem conversei, e que no próximo capítulo me dedicarei a apresentar com mais detalhamento suas contribuições. Elaborar um levantamento periódico seria uma forma da universidade admitir a nossa presença ali, um pontapé inicial para que sejamos minimamente valorizadas e

⁶ A única política institucional que trata da situação das *estudantesmães*, encontrada por mim, foi o auxílio educação infantil destinado a alunas e alunos que possuem dependentes menores de seis anos de idade, os quais possuem o direito ao recebimento do benefício financeiro mensal de R\$321,00 (vide resolução em anexo). Além dela, temos o Regime Especial de Atendimento Domiciliar (READ), o qual provém de Lei e Decreto federais (vide documentos em anexo).

consideradas no repertório das políticas institucionais que visem a nossa permanência.

Acerca de tais questões, Mithaly afirma:

Então eu acho que essa é uma das perguntas mais importantes né, porque eu acredito que a instituição ela tem que tomar uma posição quanto a isso, então ela tem que se modificar, ela tem que entender que mães são um grupo que existe dentro da universidade. Dentro das universidades nós somos um grupo que existimos, é ... nós temos demandas diferentes, né? Por conta da nossa realidade... Então, acredito que a instituição ela tem o dever de entender que esse grupo existe dentro dela para começar e aí para começar, a instituição ela tem que se comprometer a produzir dados sobre as mães, porque sem dados sobre quantas mães existem, quais são as demandas dessas mães, dessas *alunasmães*, como elas podem permanecer? Porque a permanência universitária ela é combatida, pelo menos em teoria pela instituição. Então, se a instituição ela não produz dados sobre as mães, ela tá produzindo invisibilidade, ela tá falando que a gente não existe e se a gente não existe, não precisa de políticas de permanência, né? (...) Então, acho que a primeira coisa, não só para mim, mas para toda e qualquer mãe que é estudante universitária, é que a instituição reconheça que ela existe naquele espaço para que possa, dessa forma, criar políticas de permanência. Eu acho que esse é o primeiro passo, não é um passo só para mim, é para todas! Sem isso, não tem como a gente falar sobre política de permanência, sem esse reconhecimento e sem essa produção de dados, sobre a nossa existência dentro da universidade. Não tem como a gente falar sobre nenhuma mudança. Então, esse seria o primeiro passo. (Mithaly, áudio via whatsapp, 1m50s, 29/04/22)

Se não temos dados sobre as *graduandasmães*, as quais já possuem uma realidade bem difícil, devido à desconsideração com as nossas demandas, não temos dados que tratem das *graduandasmães* que são pretas, das *graduandasmães* que são indígenas, das *graduandasmães* periféricas, das *graduandasmães* que têm filhos(as) atípicos(as), dentre outras intersecções. Tudo isso faz com que essas mulheres tenham ainda mais dificuldades, dor e incompreensão para lidarem em seus cotidianos, pois os desafios se sobrepõem e justamente por tal motivo, a complexidade do que vivem não pode ser vista através de um único aspecto ou de forma segmentada.

Isso ocorre porque quanto mais interseccional for a sua condição, mais produzida como inexistente a pessoa será. Desta forma, é de extrema importância que a interseccionalidade seja usada como ferramenta analítica pelas universidades, visando a promoção de políticas mais justas e equitativas. Segundo Collins & Bilge (2021), não há um consenso acerca da definição do que seja interseccionalidade, no entanto, é amplamente aceitável que:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária - entre outras - são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explorar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.” (Collins & Bilge, 2021, p.15 e 16)

Diante disso, fica clara a necessidade de se pensar em políticas que garantam as condições de permanência de todas as estudantes, visto que cada *estudentemãe* experimenta dificuldades que são coletivas, mas também enfrenta questões singulares, específicas de seus cotidianos. Sobre isso, recai sobre a sociedade e suas instituições (dentre elas, a universidade) o compromisso de tecer políticas que dêem conta das necessidades coletivas e que favoreçam o enfrentamento das exclusões singulares que cada uma das mulheres vivencia. Tal ideia é defendida por Santos (2003), em suas palavras:

temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades”. (Santos, 2003, p.56)

Até porque *como produto do pensamento abissal, o conhecimento científico não se encontra distribuído socialmente de forma equitativa* (Santos, 2009, p.48), uma vez que ‘um lado da linha’ é originalmente sujeito do conhecimento e dele fazem parte os grupos sociais mais favorecidos, em contraposição aos outros que estão ‘do outro lado da linha’ e tendem a ser os objetos do conhecimento. Porém, segundo o autor, não basta haver apenas uma equidade na distribuição do conhecimento científico para que a justiça cognitiva seja alcançada, é preciso também que seja validado um pensamento pós-abissal.

o pensamento pós-abissal é um pensamento não-derivativo, envolve uma ruptura radical com as formas ocidentais modernas de pensamento e ação. No nosso tempo, pensar em termos não-derivativos significa pensar a partir da perspectiva do outro lado da linha, precisamente por o outro lado da linha ser o domínio do impensável na modernidade ocidental.” (Santos, 2009, p.44)

É justamente isso que eu busco fazer aqui. Nesta monografia tento pensar a partir da visão das *alunasmães*, as quais, como já vimos, pertencem ao outro lado

da linha. Santos (2009) defende que a epistemologia pós-abissal seja uma ecologia de saberes, buscando trazer credibilidade a conhecimentos não-científicos, não-filosóficos e não-religiosos. Tal feito não requer o descrédito destes, somente uma mesma valorização de outras tantas formas de conhecimento que convivam e que sejam selecionadas para serem aplicadas no mundo real as intervenções que se mostrarem mais adequadas e vantajosas para todos.

No caso do conhecimento científico, este será considerado pós-abissal quando for utilizado de forma contra-hegemônica, ou seja:

trata-se, por um lado, de explorar a pluralidade interna da ciência, isto é, as práticas científicas alternativas que se têm tornado visíveis através das epistemologias feministas e pós-coloniais e, por outro lado, de promover interação e a interdependência entre os saberes científicos e outros saberes, não-científicos. (Santos, 2009, p.48)

Sendo essa uma forma de resistência ao poder que ‘um lado da linha’ exerce sobre ‘o outro lado da linha’ através deste (conhecimento científico pós-abissal) e de tantos outros dispositivos que contribuem para a tentativa de que mudanças na microfísica do poder gerem impacto suficiente para chegarem a macrofísica, atingindo assim o cotidiano de todo o corpo social. E é por isso que trago tais conceitos de Foucault (2000), o qual defende:

a importância de destacar, localizar e problematizar as diferentes lógicas que operam na produção de sujeitos e de práticas discursivas específicas: apontar para a possibilidade de sua desconstrução e, acima de tudo, para a possibilidade de resistir e de lutar “contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, objeto e o instrumento: na ordem do saber, da ‘verdade’, da ‘consciência’, do discurso. (Foucault, 2000, p. 71)

De acordo com essa forma de pensar, a presença de crianças pequenas em salas de aula e laboratórios universitários muitas vezes desafiam a ordem vigente, pois ainda não tiveram seus corpos docilizados. Elas choram, se movimentam, fazem barulho, querem comer, querem mamar, ainda não aprenderam a se submeter às limitações e obrigações que aquele local lhes impõe. *A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)* (FOUCAULT, 1999, p.165), por conseguinte, corpos infantis não seriam úteis e nem obedientes enquanto não forem suficientemente adestrados (ou escolarizados/educados).

Essa falta de disciplinarização incomoda, desestabiliza micropoderes, os quais através de olhares, discursos e coerções buscam constranger ou até mesmo punir *graduandasmães* de alguma forma, desencorajando-as de estarem ali (ou até mesmo expulsando-as), afastando-as assim de espaços de saber e conseqüentemente futuros espaços sociais de poder. Isso nos deixa claro que são os dispositivos que fazem com que se estabeleça a microfísica do poder, por isso devemos buscar conhecê-los e tentar usá-los ao máximo a nosso favor. Sobre isso, compreendo que:

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (Foucault, 2000, p. 244 apud Marcello, 2004, p.200).

Voltando a resistência ao poder, acima mencionada, trata-se de uma tática utilizada pelo mais fraco ('outro lado da linha') contra a estratégia do mais forte ('um lado da linha'). Segundo Certeau (1994), esta última é sempre o ataque do mais forte, do grupo hegemônico, como por exemplo, um professor não aceitar abonar a falta de uma *alunamãe* que precisa cuidar do filho que está doente, ainda que ela comprove através do atestado médico da criança. Já a tática é levar a criança para a sala de aula por não ter com quem deixá-la ou porque já atingiu o número máximo de faltas e precisa ir para não ser reprovada, ou seja, é como o subalterno, o qual sofre com a estratégia, cria maneiras de lidar com ela. Deste modo, fica claro que:

Para Certeau, muitas práticas cotidianas são do tipo tática. São maneiras de fazer que produzem vitórias do fraco sobre o forte, constituindo pequenos sucessos, artes de dar golpes, astúcias de caçadores, achados que provocam euforias, tanto poéticos quanto bélicos. (Ferraço, Soares & Alves, 2017, p.14)

Posto isso, tática é o que se cria no cotidiano a partir da estratégia, indo além da situação anterior que trazia um caso individual. Outros exemplos de táticas, dessa vez envolvendo uma coletividade são: movimentos maternos, coletivos de mães, grupos de trabalho de parentalidade (GT's), dentre outros. Essas formas encontradas de superação das dificuldades fazem parte do pensamento pós-abissal

justamente por serem contra-hegemônicas e buscarem vitórias para os mais fracos ('outro lado da linha').

Por fim, trago para nossa discussão o conceito de parentalidade, o qual não poderia deixar de ser abordado. O trarei pela ótica de Gérard Neyrand (2015).

a parentalidade é o nome dado a uma política de gestão de populações é, em seguida, o termo empregado para designar a construção social e psíquica da relação entre pais e filhos, insistindo sobre seu caráter dinâmico e em constante mudança, de uma situação familiar à outra de uma sociedade à outra e de uma época a outra. (Neyrand, 2015, apud Souza & Fontella, 2016, p.117)

Segundo o autor, houve uma reconfiguração das relações entre a família, o Estado e a sociedade civil, tal como, entre a ciência, a religião e o direito, o que levou a mudanças na forma de regulação social que está deixando de ser centrada na lei para submeter-se a afirmação da norma. A responsabilização no que concerne ao processo de interiorização das normas tem cada vez mais deixado de ser compartilhado e delegado totalmente aos pais, culpabilizando-os quando não conseguem assumir uma parentalidade suficientemente boa.

Nessa lógica entende-se a parentalidade enquanto um conceito neoliberal, visto que *o neoliberalismo se caracteriza pela vontade de aplicar um referencial econômico a todo o conjunto da gestão social e não somente à economia* (FOUCAULT 2004, apud SOUZA & FONTELLA, 2016, p.115)

No entanto, além da supremacia da economia na condução de nossos estilos de vida, formas de pensamento e organização social e política, temos o patriarcado igualmente ditando as regras. Dessa forma, o processo de educação e absorção das normas pelas crianças sobre responsabiliza mais as mães do que aos pais, ainda mais por sabermos que há um grande número de famílias monoparentais - termo introduzido *para designar as situações onde a criança é criada, no dia a dia, por apenas um dos pais, enquanto o outro, seja o pai ou a mãe, só vê o filho esporadicamente* (NEYRAND, 2015 apud SOUZA & FONTELLA, 2016, p.109), ademais do abandono paterno infelizmente tão recorrente.

Tudo isso tem efeito e é reafirmado pelas instituições, incluindo as universidades, ainda que se declarem progressistas e inclusivas, suas burocracias, arquiteturas e regimentos contradizem seus lindos discursos oficiais. O que leva muitas mães a aparentemente deixarem a academia, quando na verdade o que ocorreu foi justamente o inverso. Essas *alunasmães* sobrecarregadas pelos papéis

sociais de gênero e abandonadas pelas instituições e políticas públicas *não conseguem dar conta* (do que ninguém com tamanha carga conseguiria) das demandas universitárias em conjunto com o cuidado das crianças (visto que são as principais responsabilizadas por isso), sendo levadas a “evadirem” de seus cursos.

Fontel (2019) em sua dissertação de mestrado traz essa ideia e demonstra como os discursos institucionais afastam as categorias *mãe* e *cientista* uma da outra:

Opto pelo termo “expulsão”, porque sinto que o termo “evasão” escolar parece implicar um tipo de agência a essas sujeitas, o que não se dá em realidades cuja desistência é a única opção possível, além do que os relatórios institucionais que falam de evasão parecem se debruçar sobre o indivíduo, catalogando seus motivos pessoais para a saída, aqui é feito um movimento diferente, aqui não se pergunta ao indivíduo porque evadiu, mas a instituição porque não resguardou sua permanência. (Fontel, 2019, p.90)

Aqui, finalizo esse capítulo de abordagem conceitual, no qual tantos pensadores nos ajudaram a refletir acerca das questões que envolvem a situação de *estudantesmães* em ambientes universitários. No subsequente trarei os dados da pesquisa de campo para que possamos interagir e conectar a tudo o que até então já foi compartilhado.

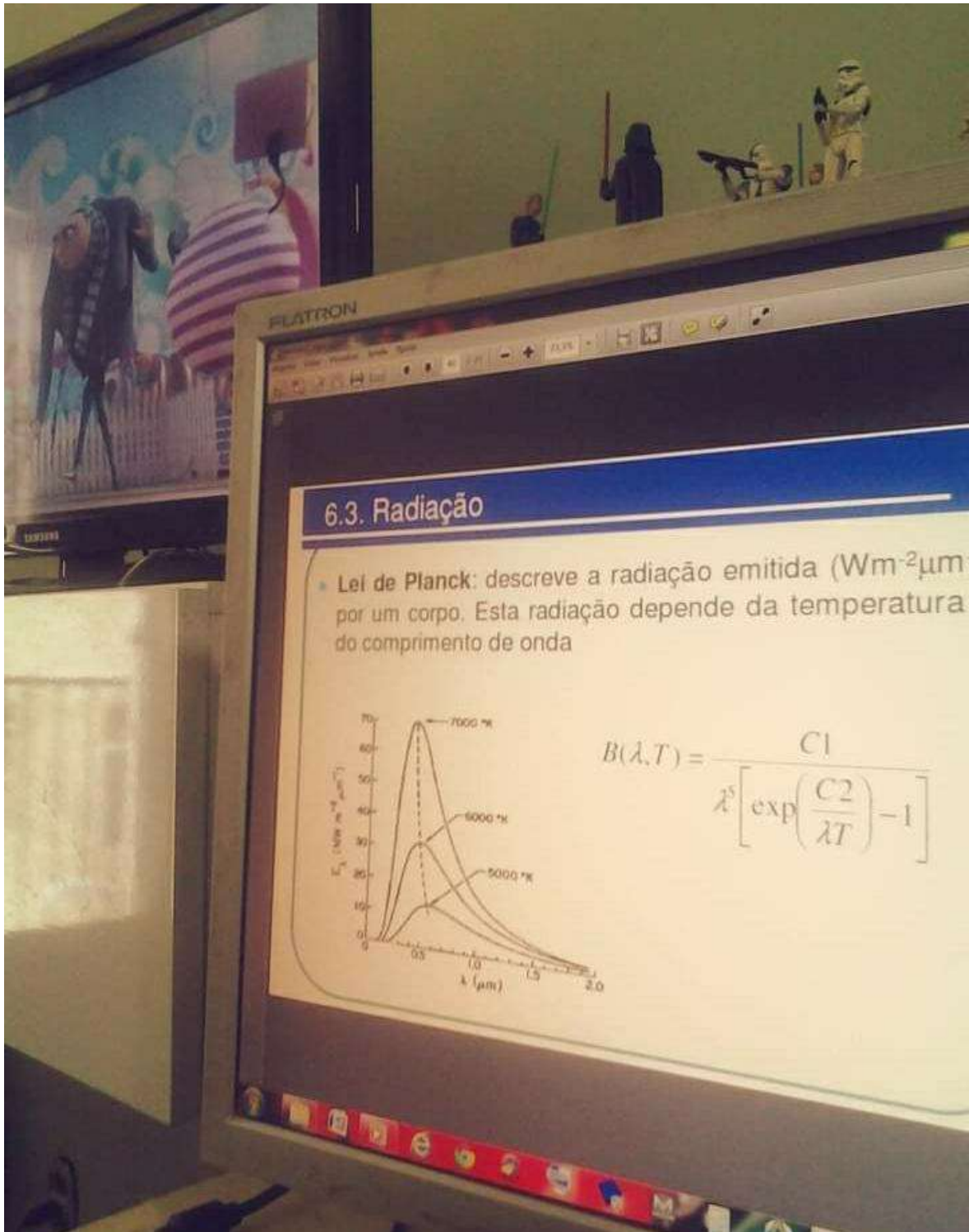
3 AFETOS DE MÃES QUE LUTAM

Antes de iniciar o presente capítulo gostaria de ressaltar que não alterei os nomes das mulheres que compartilharam suas histórias comigo, pois todas com as quais conversei se mostraram muito interessadas em participar e se anunciarem em suas lutas cotidianas. De alguma forma sinto que estou contribuindo para a amplificação de suas vozes (que também é a minha) através dessa pesquisa. Por isso, utilizo os nomes reais. Quero que essas mulheres sejam ouvidas, vistas e honradas.

Outra coisa importante de salientar, conforme já mencionado na parte metodológica, é que todas as conversas ocorreram via whatsapp devido à dificuldade de *mãesdiscentes* (me incluo na situação) encontrarem um tempo em comum e também um espaço para encontro presencial, dado que nem todas frequentamos os mesmos campus.

Posto isto, conversamos majoritariamente por áudio e também por pequenos textos de forma virtual, a fim de complementar ou esclarecer os áudios. Para ilustrar como o tempo de *mãesuniversitárias* é corrido, acredito ser relevante mencionar que uma das conversas foi feita apenas após os nossos filhos (meu e da conversante) estarem dormindo; outro diálogo foi realizado enquanto a *alunamãe* se deslocava do seu campus universitário em direção à creche para buscar sua filha e continuou durante a ida delas para casa.

3.1 Conversa com Mithaly: eu também tenho direito de ocupar a universidade que é um espaço de produção, eu também sou capaz de produzir!



Fonte: arquivo pessoal de Mithaly

A primeira pessoa com quem conversei foi Mithaly. Meu primeiro contato com ela foi através de uma reunião virtual (via plataforma Google Meet), em que ela era uma das mediadoras. Já não me lembro se era uma reunião do Coletivo Mães da UFRJ (CMUFRJ) ou do Grupo de Trabalho Parentalidade e Equidade de Gênero da UFRJ (GTPEG-UFRJ), visto que ela é faz parte de ambos.

Pouco depois desse breve contato, fiquei sabendo da abertura de vagas para extensionistas no Projeto de Extensão *Mães na Universidade: acesso, permanência e progressão*, do qual ela é idealizadora e uma das coordenadoras. Assim que entrei para o projeto tive a oportunidade de conhecê-la melhor. Devido à minha admiração pela sua grande atuação pela causa materna, desde o princípio queria e sabia que seria muito produtivo uma conversa com ela.

De início ela se apresentou com seu nome e sobrenome, sua idade (31 anos), informou ser mãe de três meninas (gêmeas de 12 anos e uma mais nova de quase 10 anos) e que cursava Licenciatura em Geografia desde 2015. Acrescentou que estudava na UFRJ há 10 anos, pois anteriormente cursava uma outra graduação. Na época em que iniciou, suas filhas mais velhas tinham de dois anos e a menor tinha apenas seis meses.

Em nosso diálogo ela trouxe tantos pontos interessantes que ficou difícil resumir e selecionar apenas alguns deles. Além disso, ela sempre vai além e pensa na coletividade: não se reduz às suas questões, mas trata também das questões de outras *estudantesmães* que enfrentam dificuldades diferentes das dela, afinal sabemos da pluralidade da maternidade.

O primeiro ponto trazido foi a dificuldade em conciliar a vida acadêmica com a maternidade partindo do fato da academia não ter sido criada e pensada para que algumas minorias a frequentassem, dentre elas as *mulheresmães*, bem como as pessoas pretas, pobres e eu acrescentaria as pessoas indígenas, deficientes e neurodiversas. Conforme ela disse, o grande desafio é que além das barreiras sociais que incidem sobre nós, devido à maneira como a maternidade e a infância são vistas e tratadas pela sociedade, há igualmente as barreiras institucionais visto que a instituição é uma extensão da sociedade. Sobre isso, Mithaly diz:

Então, acho que conciliar a maternidade com a vida acadêmica é um enorme desafio justamente por isso: porque aquele espaço, que é a universidade, que é um espaço de produção do conhecimento, ele tecnicamente não se encaixa na vida de uma mulher mãe. Historicamente, nós mães somos empurradas para a esfera privada, para as paredes do lar. Então, quando a gente ocupa espaços de produção do conhecimento, esse espaço ele não é feito para a nossa presença (...). A gente tem que estar o tempo todo na luta pelos nossos direitos, buscando que esses direitos sejam atendidos, pressionando a universidade e a instituição para que ela visibilize a nossa causa, para que ela veja que nós existimos dentro da universidade e que cumpra com o papel dela de permanência universitária para quem está em vulnerabilidade, que é o caso da maioria das mães: elas estão em vulnerabilidade. (Mithaly, áudio via whatsapp, 4m06s, 29/04/22)

Mais à frente, Mithaly reitera que o problema vai além do social: ele é institucional, estrutural e histórico e que manter-se na universidade é ir contra o que o sistema determina para nós (a esfera privada), é ocupar um espaço que é dela por direito, uma vez que é um espaço de produção e ela tem essa capacidade. Portanto, esse ambiente deve ser igualmente feito para ela.

Em seguida, a *graduandamãe* expõe que, por causa dos mecanismos que a instituição impõe ela, foi obrigada a abandonar diversos períodos. Como motivo, ela afirmou a incompatibilidade de horário das aulas com a do trabalho formal e com o horário escolar de suas filhas, o que a fez se inscrever em bem poucas disciplinas. Por vezes, precisou largar períodos inteiros, já da metade do curso para o final, sem a possibilidade de trancamento, afetando assim o seu coeficiente de rendimento (CR) e, em consequência disso, foi impedida de ter acesso a bolsas acadêmicas, políticas que têm grande impacto na permanência estudantil e na progressão da carreira acadêmica. Mithaly conta: *então, como não existiam essas políticas, eu tive que fazer do meu jeito.*

Ao longo da conversa, ela trouxe outras situações vivenciadas que a desencorajaram de seguir os estudos. Foram situações experienciadas com professores, colegas de curso e com mecanismos institucionais. Diante de tudo isso, Mithaly cobra um posicionamento da universidade, começando pela produção de dados sobre as *mães universitárias*, admitindo assim a nossa existência ali para, a partir disso, criar políticas de permanência voltadas ao nosso grupo.

Nesse sentido, ela destaca alguns exemplos de políticas, tais como: instalação de fraldário nos prédios da universidade, criação de creche e espaço infantil, direito de acesso ao restaurante universitário com as filhas e que elas tivessem o direito de se alimentar ali. Segundo ela: *isso faria toda a diferença pra a*

minha trajetória acadêmica, com certeza eu me formaria mais rápido, eu teria mais assistência se a instituição fornecesse.

Posteriormente, acrescenta que caso a academia verdadeiramente se comprometa com a permanência, então ela precisa se comprometer com a elaboração de leis e regimentos que se adequem às especificidades de grupos vulneráveis, que é a condição das mães, nos garantindo, desse jeito, uma existência equânime. Mithaly realça que *nós não estamos pedindo privilégios*. Por vivenciarmos uma rotina diferente em razão do papel de cuidadoras que exque exercemos, necessitamos de algumas situações diferenciadas, de mecanismos que nos façam seguir com nossa trajetória acadêmica.

Depois, ela questiona acerca da discrepância entre o tratamento dado às mães que são universitárias com relação às docentes e às técnico-administrativas no que se refere a necessidades maternas já reconhecidas. Denunciando o caso do abono de falta quando o filho está doente e da licença maternidade (visto que o regime domiciliar não nos atende).

Por que a docente e a técnica-administrativo podem utilizar desse mecanismo e a instituição entende que esse mecanismo é válido e nós mães universitárias, estudantes, não podemos utilizar disso? Qual é a diferença? É isso que eu não consigo entender: a instituição reconhece que a maternidade e que o cuidado do filho, ele precisa de atendimento especial em determinados casos, quando é o caso do docente e do técnico, mas quando é o caso da mãe universitária, a instituição não reconhece e a gente não tem direitos que alguns já tem, que alguns professores já têm, que alguns técnicos já têm. (Mithaly, áudio via whatsapp, 4m47s, 29/04/22)

Mais um ponto lembrado pela conversante diz respeito à perda de rede de apoio, que em tantos casos, é apenas a escola das crianças. O problema é que essa instituição pode ter seu funcionamento interrompido por diferentes motivos: greve, falta de água, conselho de classe, reunião pedagógica e, nesses casos, o atendimento às crianças é suspenso. Por isso, Mithaly defende que declarações das escolas informando que as aulas foram suspensas sejam aceitas pela universidade e contem para abono de falta ou direito à segunda chamada de provas, visto que alguns professores impedem as crianças de permanecerem em sala de aula, ou há dificuldade de deslocamento com os filhos para o campus universitário. Isso deveria ser um direito garantido pelo regimento da instituição.

Ao final, a *graduandamãe* argumentou sobre as limitações do único auxílio financeiro destinado às mães e aos pais, o *auxílio educação infantil*, é concedido

com critérios frágeis, pois não há dados sobre as *estudantesmães*. Sendo assim, há maneiras eficientes para definir a quantidade de bolsas a serem distribuídas. Mithaly ressalta que há necessidade do aumento do número de bolsas concedidas, bem como do limite de idade dos filhos para concessão. Atualmente, a idade máxima é de seis anos, porém, segundo ela, uma pesquisa do Parent in Science⁷ informa que filhos até doze anos impactam na produção dos pais.

3.2 Conversa com Rayane: eu acredito que ser mãe contribuiu pra eu amadurecer na universidade



Fonte: arquivo pessoal de Rayane

⁷ Parent in Science é um movimento formado por mães e pais cientistas que buscam trazer conhecimento e levantar discussão acerca da maternidade e da paternidade na academia brasileira.

A segunda conversa foi com Rayane. A conheci através da minha orientadora, pois estava querendo dialogar com alguém da área da saúde. Essa busca se deu pelo desejo de acessar as vivências de graduandas mães de áreas diferentes do campo de humanas e da licenciatura, das quais faziam parte as outras com as quais interagi e também por saber que há muitas mulheres em cursos dessa área.

Sabendo disso, minha orientadora, que conhecia uma professora do Centro de Ciências da Saúde (CCS) pediu a ela contatos de *estudantes mães* e me encaminhou. O contato da Rayane era o primeiro e por isso, falei logo com ela, que desde o início foi muito simpática e se mostrou disposta a participar. Acredito que a motivação se deu por poder de alguma forma desabafar sobre suas dores, denunciar o descaso com o nosso grupo e também por saber da importância do tema ser abordado na academia, tanto que se disse interessada em fazer o seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) igualmente sobre maternidade.

Ao se apresentar, ela disse seu nome completo, sua idade (25 anos) e a do seu bebê (1 ano e 5 meses). Em seguida, começou a contar sobre a sua trajetória acadêmica que começou em 2016 e teve muitas intempéries, antes mesmo de se tornar mãe, o que a fez trancar a matrícula algumas vezes. Ela engravidou no início da pandemia e conta que não conseguia estudar, visto que não se encaixava no modo de ensino remoto, além das questões fisiológicas da gravidez que a impediam de render.

Seu retorno às atividades acadêmicas foi no início de 2021, quando seu filho tinha apenas três meses de idade. As aulas ainda eram remotas e para dificultar ainda mais as coisas ela não tinha uma casa definida: estava temporariamente morando na casa de sua sogra e vivendo o puerpério bem desafiador, devido ao parto e pós-parto complicados que a impactaram psicologicamente.

Apesar das adversidades, ela acha que a maternidade contribuiu para que ela amadurecesse como universitária. Rayane diz que ser mãe a ajudou a manter o foco. Segundo ela, parecia ser a força e o incentivo que faltava. Sobre isso, Rayane trouxe uma fala muito potente: *eu tenho todos os apetrechos possíveis para conseguir vencer qualquer tipo de coisa e continuar na faculdade mesmo com um bebê*. Só após esse relato ela se lembrou de informar o curso do qual faz parte: Enfermagem e Obstetrícia.

Mais adiante, a *alunamãe* retornou a falar sobre o ensino remoto. Explicou que apesar das dificuldades com esse formato e de seu filho ter apenas três meses ela encarava tudo o que precisava, porém em muitas aulas ela confessou a necessidade de *passar pano*, por ter que simultaneamente estar com o bebê, ou fazer o almoço, ou a mamadeira ao mesmo tempo em que estudava. Sendo assim, a *mãeuniversitária* desenvolveu a tática de conversar com os professores durante as atividades síncronas, já que ela não tinha a possibilidade de fazer anotações, além do que, dessa forma, fixaria o conteúdo em sua mente com mais facilidade graças à interação estabelecida.

De acordo com Rayane, no período remoto era mais viável conciliar as demandas da maternidade e da universidade, uma vez que no presencial é bem mais difícil das *estudantesmães* “se virarem” sem uma rede de apoio. Ela atualmente tem ajuda da mãe, que vai para sua casa ficar com o neto, enquanto Rayane está cumprindo o ensino presencial. No entanto, ela sabe que nem todas as mães têm a mesma possibilidade e afirma o mesmo que Mithaly: *a universidade não foi feita e nem pensada para mães*.

A gente vê vários tipos de coletivos, vários tipos de resoluções de problemas e a universidade sendo adaptada a vários tipos de problemas, mas parece que as mães, elas ficam em último plano, isso com mães lutando na universidade. (Rayane, áudio via whatsapp, 1m13s, 29/04/22)

Os coletivos e as mães têm, a gente pede, a gente implora, a gente tenta ter voz pra poder esses tipos de coisa não acontecerem, mas é ... a gente é muito pouco ouvida. (Rayane, áudio via whatsapp, 0m23s, 29/04/22)

Além de não sermos ouvidas, há situações em que somos penalizadas por desacreditarem de que conseguiremos ser mães e universitárias simultaneamente. Quanto a isso, Rayane experimentou uma situação muito revoltante: ela buscava vaga em uma turma de estágio, assim como tantos outros estudantes pois era uma disciplina muito concorrida. A coordenadora do curso pediu então que as alunas que fossem mães a procurassem. Ela prontamente entrou em contato acreditando que seria para algum tipo de ajuda. A coordenadora perguntou se ela realmente iria fazer o estágio. A *mãeuniversitária* respondeu que sim pois, na época, estava tentando vaga em uma creche para o seu filho. Com o passar do tempo, outros estudantes foram conseguindo vagas e apenas ela e mais duas alunas não conseguiram: *ela teve que selecionar porque tinham poucas vagas e essa seleção, no meu caso foi*

por conta de eu ser mãe e por possibilidade de não conseguir uma creche para o meu filho, o que eu acabei conseguindo na época.

No que se refere à permanência, Rayane citou algumas ações que se fossem tomadas por parte da universidade certamente contemplaria muitas *alunasmães*. São estas: criar uma creche ou reservar vagas na creche próxima à universidade para os filhos(as) de *mãesgraduandas*, ampliar o número de bolsas e também corrigir o valor do auxílio educação infantil, criar de um espaço de acolhimento infantil, assim como adaptação do ambiente da universidade para que possa ser frequentado por crianças.

3.3 Conversa com Elizama: eu desisti algumas vezes, não por conta da maternidade, mas sim por conta do preconceito



Fonte: arquivo pessoal de Elizama

Minha terceira e última conversa foi com Elizama, sugerida pela minha orientadora por já ter sido sua aluna e a visto várias vezes com a filha pelos corredores da Faculdade de Educação e por ser alguém que sabe se expressar bem e se posicionar diante de suas causas. Eu gostei bastante da recomendação por conhecê-la e por termos cursado algumas disciplinas juntas.

Em sua apresentação pessoal ela compartilhou sua idade (28 anos), a idade de sua filha (5 anos), disse que está no 14º período do curso de Pedagogia e que é mãe solo. Na sequência, a *graduandamãe* disse ter engravidado em 2016, dois períodos após a sua entrada na universidade e que, desde então, leva sua filha para o espaço universitário sempre que precisa: primeiro na barriga e depois de nascida também, mesmo quando era bem pequenininha.

Elizama acrescentou que trabalha em uma escola de educação infantil e se disse apaixonada pela área da educação, tendo inclusive vontade de progredir na carreira acadêmica com o mestrado e o doutorado. Para finalizar, comentou alguns gostos pessoais como esportes e artes e que, além dos cuidados com a sua filha, ela é responsável legal pelo irmão de 25 anos que tem esquizofrenia crônica.

Posteriormente, contou que o mais difícil na conciliação entre as vidas materna e acadêmica não são as demandas da maternidade, nem dos trabalhos e sim ter que lidar com o preconceito alheio e o descrédito que depositam nela por julgarem de antemão que ela não seria capaz de desempenhar as duas funções concomitantemente. Tanto que, devido a isso, ela chegou a desistir de seguir com a trajetória acadêmica algumas vezes. Todavia, paradoxalmente, ela decidiu persistir pelo mesmo motivo. Elizama conta:

o mais difícil era ter que lidar com o preconceito de alguns professores, de alguns colegas, com os olhares no campus pra mim, grávida ou com neném no colo. Pra mim, esse era o mais difícil. (Elizama, áudio via whatsapp, 1m24s, 10/05/22)

Elizama compartilhou algumas narrativas que tratam dos processos de exclusão a que são submetidas as *estudantesmães*: o primeiro ocorreu ainda na gestação, quando em razão de questões fisiológicas, ela muitas vezes passava mal durante o deslocamento, chegando até a desmaiar em alguns casos. Por esse motivo, a *mãeuniversitária* precisou exceder o número de faltas em algumas disciplinas. Em uma delas, mesmo tendo tirado nota suficiente para ser aprovada e

tendo, em todas as vezes que voltou para casa do meio do caminho, enviado fotos para o professor comprovando o ocorrido, ainda assim ouviu dele: *não adianta nem você vir porque você já ultrapassou as faltas e você não vai dar conta mesmo, não vou nem te passar trabalho extra porque você não vai dar conta.*

Após isso, Elizama teve vontade de desistir das outras disciplinas que cursava durante o mesmo período. Inclusive, de uma ela até desistiu, porém das outras teve coragem de dialogar com os professores que a apoiaram e permitiram que fizesse os trabalhos em casa e os enviasse por e-mail. Nesses casos, Elizama conseguiu notas bem altas. Ainda relacionado ao episódio narrado, Elizama foi à coordenação de seu curso e lá escutou: *olha, eu não posso fazer nada por você, quem manda na sala é o professor e é melhor você trancar, você não acha que é melhor você trancar? Porque você não vai dar conta mesmo.* Foi nesse momento que ela decidiu não desistir: fez o mínimo de disciplinas, mas continuou.

Outra situação marcante citada foi em uma disciplina que a filha dela sempre frequentava e inclusive participava, pois a professora era ótima. No entanto, uma das aulas foi com uma professora convidada. Durante esta aula, a criança precisou falar no ouvido da *alunamãe*. A professora convidada parou a aula e disse: *olha, esse barulhinho tá me incomodando, não tá dando.* Nesse dia, Elizama preferiu não falar nada: apenas pegou a filha e abandonou a sala de aula. Para sua surpresa, seus colegas se solidarizaram e, em protesto, tiveram a mesma atitude deixando a turma esvaziada.

Nessa mesma direção para ilustrar o quanto apoio faz diferença, a *estudentemãe* relatou sobre uma vez em que foi procurada por uma colega que estava com um recém-nascido e que precisava fazer uma prova para não ser reprovada. Ela prontamente a ajudou ficando com o bebê durante a prova. Por sempre ter ocupado a universidade com a filha desde a gravidez e ter feito valer o seu direito de ser *mãeeestudante*, ela era buscada por outras *graduandasmães*.

Quanto à permanência, Elizama trouxe vários pontos que são importantes, dentre eles o que ela mais enfatizou foi o falar mais sobre o assunto maternidade e universidade, de forma a quebrar preconceitos, acolher e incentivar as *alunasmães* a seguirem em suas trajetórias acadêmicas, além de disseminar informação sobre seus direitos, como o READ e o auxílio educação infantil. Ela citou que isso poderia

ser feito através de palestras, como, por exemplo, na Semana de Educação. Uma de suas falas nessa direção foi:

Eu conheci meninas que desistiram da universidade por conta da maternidade e eu creio que não é por conta das demandas, porque demanda por demanda a gente tem demanda em todas as esferas da nossa vida. É por conta desse peso, desse olhar preconceituoso, dessas questões que acontecem que não deveriam acontecer, da falta de estrutura também, de não ter um trocador na universidade, não ter uma sala pra você amamentar, de você não ter uma creche na universidade, na Faculdade de Educação. A gente tem uma Faculdade de Educação, a gente está estudando sobre educação infantil, a gente tá falando sobre tantas temáticas importantes, mas as mães estão ficando excluídas. Não tem espaços próprios para as mães estarem ali e o pouco do direito que a gente conquista dentro da universidade não é disseminado. A gente não sabe, eu desconhecia o READ, eu desconhecia os direitos de uma mãe universitária. (Elizama, áudio via whatsapp, 1m45s, 10/05/22)

No trecho acima a *mãe universitária* também traz a questão estrutural e em outro momento ela contou sobre uma mãe que precisava tirar leite e armazenar em uma geladeira, porém tiveram muita dificuldade em encontrar. Só conseguiram devido a ajuda que tiveram do pessoal que atua na limpeza.

Além do já citado, Elizama diz sobre o quanto o auxílio financeiro, principalmente para as mães solo, é determinante na permanência delas e finaliza destacando a extensão da entrega de trabalhos, a adaptação das avaliações em relação à data de entrega e quantidade pensando na especificidade de cada uma e no quesito dos professores poderem orientar suas alunas grávidas acerca de seus direitos.

4 PUERPÉRIO

Para finalizar o parto desta monografia retorno aos meus objetivos iniciais que eram: expor alguns dos diversos dispositivos de produção de inexistência com os quais três *graduandasmães* são obrigadas a conviver no ambiente universitário, tal qual conhecer as táticas utilizadas por elas a fim de permanecerem ali e superarem os mecanismos de exclusão que tentam lhes atingir.

No que se refere aos dispositivos produtores de inexistência, tivemos a denúncia de alguns deles nas três conversas que tive com *mãesuniversitárias*, como por exemplo: olhares preconceituosos, discursos julgadores e desencorajadores, inflexibilidade, desconsideração com as especificidades alheias, falta de assistência seja econômica ou de outros tipos, ausência de licença maternidade para as alunas, impossibilidade de que as crianças possam utilizar o restaurante universitário, e estruturas arquitetônicas excludentes, tais como não ter elevadores em condições de uso, locais apropriados para retirada e armazenamento de leite, trocadores, espaço infantil, dentre outros.

Tudo isso e as relações entre esses elementos formam os dispositivos que ao serem vivenciados diariamente produzem a inexistência de *estudantesmães* na academia passando claramente a mensagem de que esse lugar não lhes pertence: voltem ao 'outro lado da linha'. Ainda que as universidades promovam o discurso de que buscam a promoção da equidade para grupos socialmente e historicamente excluídos, não é o que a nossa classe sente e vê em seu cotidiano.

Devido ao anteriormente mencionado, as *alunasmães*, para sobreviverem nesses espaços, são obrigadas a criar táticas que as mantenham ali e as permitam atingir a tão almejada colação de grau. O reconhecimento destas era o meu segundo objetivo. Relembrando algumas dessas táticas: levar as crianças para aula, pedir a outra *estudentemãe* que fique com o bebê durante uma prova, encontrar uma geladeira para armazenar o leite materno recém retirado, interagir com o professor ao máximo durante as aulas síncronas por não poder parar para fazer anotações, criação do Coletivo de Mães, conversar com professores para tentar formas remotas de avaliação quando por questões fisiológicas da gravidez o deslocamento se torna complicado, entre outras mais.

Quanto às táticas, me chamou muita atenção nas conversas a empatia e companheirismo que existe entre as mães, pois mesmo com desafios diferentes, elas sempre se ajudam e se solidarizam com causas diferentes das suas. Isso ficou muito claro nas três conversas que eu fiz. Todas elas citaram situações de outras *universitárias mães* que eram distintas das suas, mas com as quais se sensibilizaram e/ou ajudaram da forma que podiam.

Da mesma forma, isso me fez refletir sobre quantas *alunasmães* que tiveram que deixar seus cursos (ou melhor, foram obrigadas a deixar) teriam se formado se essa solidariedade igualmente viesse de outros colegas de curso, docentes, técnicos administrativos, enfim de toda a estrutura universitária em seus mais diversos âmbitos. Aqui, chamo atenção para o nosso papel individual, seja qual for a nossa posição, sobre como podemos ajudar essas mães e suas crianças. Como posso ser gentil com elas? Se não soubermos, podemos perguntar. Tenho certeza de que só nosso interesse já será significativo para elas. Importante tornar-se consciente de que nossas atitudes e influências podem ser boas ou ruins, excluir ou encorajar, logo precisamos nos atentar mais a elas.

Além disso, ficou nítida a importância e a responsabilidade da instituição em promover dados sempre atualizados sobre o nosso grupo, palestras e debates acerca da temática maternidade e universidade, regimentos que garantam as especificidades das *discentes mães* acompanhados da disseminação desses direitos de forma regular garantindo que seja de conhecimento comum para todos desde os ingressantes, acessibilidade nas suas mais diversas esferas (física, econômica, etc).

É relevante que as *alunasmães* sejam constantemente ouvidas, validadas e acolhidas. Outra necessidade é que os professores estejam capacitados a lidar com essas estudantes nas situações mais recorrentes e que saibam informá-las sobre seus direitos, pois eles são os representantes institucionais de maior proximidade. Eles não deveriam deixar suas convicções filosóficas excludentes acerca dos processos educativos interferissem em avaliações, produzindo assim a expulsão dessas mulheres do espaço da universidade. Se faz necessário flexibilizar faltas, flexibilizar datas de entrega de trabalhos, flexibilizar provas de segunda chamada, ou seja, essa monografia torna-se um clamor para que alguns docentes se organizem pedagogicamente para contemplar singularidades. Sobretudo, é preciso fazer o primordial: não depositarem previamente um descrédito nessas mulheres.

Enfim, para que isso tudo seja real, efetivo e realmente acolhedor, a compreensão acerca de duas sentenças deve mudar: a primeira delas é sobre os lugares que mulheres mães devem ocupar, incluindo obviamente a universidade, espaços de produção e de poder; a segunda é de que o comprometimento com as crianças é de todos nós. Somos vila, somos comunidade e devemos zelar para que as necessidades das crianças sejam asseguradas, não só as físicas, mas também as afetivas, mentais e materiais.

Portanto, é crucial que a universidade se torne um modelo a ser seguido, pois a maneira como ela trata suas *estudantesmães* e seus filhos(as) tem um papel fundamental na mudança da forma como a maternidade é vista e valorizada socialmente. Por isso, sonhamos com uma academia mais justa e equânime, agindo principalmente no empoderamento, diminuição da sobrecarga e julgamento de *mulheresmães*, bem como no acolhimento das gerações futuras, as quais crescendo e se inspirando nesses ambientes possam imaginar a potencialidade que terão, tal como eu, que ainda criança estive na universidade pela primeira vez.

Desse jeito estaremos *produzindo existência*, visibilizando essas mulheres e crianças e caminhando para uma ecologia de saberes. Sendo assim, para finalizar trago mais uma citação de Santos (2009) e uma imagem de uma *mãeuniversitária* que representa muitas de nós.

Para uma ecologia de saberes, o conhecimento como intervenção no real - não o conhecimento como representação do real - é a medida do realismo. A credibilidade da construção cognitiva mede-se pelo tipo de intervenção no mundo que proporciona, ajuda ou impede. (Santos, 2009, p.49)



Fonte: <https://www.instagram.com/p/Cgsdc7kvnD4/?igshid=YmMyMTA2M2Y=> < acesso em: 20/08/2022 >

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERTEAU, Michel de. *Invenção do cotidiano*: 1. artes de fazer. 1994

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. *Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa*. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEI/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução: Rane Souza - 1 ed - São Paulo: Boitempo, 2021.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. Eu, caçador de mim. In: GARCIA, Regina Leite (org.). *Método: pesquisa com o cotidiano*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____ ; SOARES, Maria da Conceição Silva; ALVES, Nilda. Michel de Certeau e as pesquisas nos/dos/com os cotidianos em educação no Brasil. *Pedagogía y Saberes*. Universidad Pedagógica Nacional, Facultad de Educación. p.7-17. 2017

FIORENTINI, Dario. Uma história de reflexão e escrita sobre a prática escolar em matemática. In: FIORENTINI, D.; CRISTOVÃO, E. M. (Org.). *Histórias e investigações de/em aulas de matemática*. Campinas: Alínea, 2006. p. 13-36

FOUCAULT, Michel. *História de sexualidade I: a vontade de saber*. 14.ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2000.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1999.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.p.32-50

LARROSA, Jorge. Literatura, experiência e formação. In: COSTA, M. V. (Org.). *Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação*. Porto Alegre: Mediação, 1996.

MARCELLO, Fabiana de Amorim. O conceito de dispositivo em Foucault: mídia e produção agonística de sujeitos-maternos. *Educação & Realidade*, UFRGS, volume 29, número do exemplar 1, p.199-213, jan/jun, 2004

RIBEIRO, Tiago; SOUZA, Rafael de; SAMPAIO, Carmen Sanches. É possível a conversa como metodologia de pesquisa? In: RIBEIRO, Tiago; SOUZA, Rafael de; SAMPAIO, Carmen Sanches (Orgs). *Conversa como metodologia de pesquisa: por que não?* Rio de Janeiro: Ayvu, 2018. p.163-179

SANTIAGO, Flávio; FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Para além do adultocentrismo: uma outra formação docente descolonizadora é preciso. In: *Educação e Fronteiras On-Line*, Dourados/MS, v.5, n.13p.72-85, jan./abr. 2015

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 5.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009. p.23-71

_____. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural*. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SOUZA, Elizeu Clementino (Org.). *Autobiografias, História de Vida e Formação: pesquisa e ensino*. Salvador/Bahia: EDUNEB - EDIPUCRS, 2006

SOUZA, Fernanda Hermínia Oliveira; FONTELLA, Cristina. Diga, Gérard, o que é a parentalidade? Tradução. *Clínica & Cultura*, local, volume 5, número 1, p.107-120, jan-jun, 2016

SOUZA, Luana Fontel. *Mães na universidade: performances discursivas interseccionais na graduação*. Orientador: Prof. Dr. Adriana Carvalho Lopes. Novembro de 2019. 101. Dissertação (Mestrado) - Programa Interdisciplinar de pós-graduação em linguística aplicada, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

ANEXO I: CARTA DO COLETIVO DE MÃES AO CONSUNI

CARTA DO COLETIVO MÃES DA UFRJ À UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Nós, mães do coletivo Mães da UFRJ, redigimos esta carta com o intuito de que a Universidade Federal do Rio de Janeiro e todo o seu corpo social tomem ciência das condições que as mães enfrentam na universidade. Essas condições não são exclusivas do momento pandêmico, elas nos acompanharam ao longo de toda a história, especialmente a nós mulheres, que por séculos fomos designadas ao espaço privado, ao cuidado da casa, ao casamento e ao cuidado das crianças, sendo impedidas de acessar ao ensino, especialmente o ensino superior (Beltrão e Alves, 2009). Diante disso, a ciência se estruturou quase que exclusivamente em bases masculinas, com base em discursos e práticas nada neutros que naturalizavam as diferenças entre homens e mulheres e determinavam os lugares que socialmente estes deviam ocupar, excluindo mulheres e negando suas produções científicas (Silva, 2012). Ainda hoje o trabalho de cuidado não é reconhecido como trabalho (Federici, 2019). Ainda hoje, em pleno século XXI, nós mães ainda precisamos lutar pelo nosso direito de acessar, permanecer e progredir em espaços de produção do conhecimento. Ainda hoje a universidade não nos enxerga, prova disso é que não existe nenhum dado sobre a quantidade de mães discentes matriculadas na UFRJ. Por conta disso, por muito tempo pensamos que éramos invisíveis, mas hoje sabemos que nós mães somos solenemente ignoradas.

Primeiramente, é de grande importância e responsabilidade com as mães, que a universidade produza dados a respeito do número de mães e pais discentes da instituição e suas condições de permanência, visto que a falta destes dados invisibiliza e apaga a presença de nós mães na Universidade. Perguntamos como a UFRJ pode se comprometer a promover a equidade de gênero, se essa mesma Universidade nem ao menos sabe quantas nós somos? Atualmente o coletivo Mães da UFRJ conta com mais de 300 integrantes, dentre discentes mães de graduação e de pós-graduação. Nós existimos e resistimos diariamente aos processos de expulsão (Fontel, 2019) dos quais somos submetidas no espaço universitário.

Existimos e carregamos nossos filhos em uma ou mais conduções lotadas para chegar às aulas que, muitas vezes, não podemos assistir, porque somos expulsas por professores sem o mínimo de empatia por mulheres-mães. Existimos e trocamos as fraldas dos nossos filhos em cima de carteiras, ou em cima de vasos sanitários, pois a universidade não nos oferece fraldários. Existimos e amamentamos nossos filhos em bancos aleatórios espalhados pelo campus, debaixo de sol ou de chuva, pois não temos um espaço adequado para amamentar nossos filhos, mesmo que a OMS recomende “o aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade e, de maneira complementar, até no mínimo os dois anos”, uma prática tida como “vital para a saúde e desenvolvimento das crianças ao longo da vida reduzindo os custos para os sistemas de saúde, famílias e governos”. Essa recomendação, quando se trata de discentes mães da UFRJ, parece ser ignorada. Existimos e não temos direito à licença-maternidade, tendo que ainda no puerpério, com nossos bebês recém nascidos, estudar e entregar trabalhos e provas dentro do prazo estipulado por professores, em grande parte homens, que não se solidarizam com a nossa situação. Portanto, é evidente o contrassenso existente na Universidade, local de produção do conhecimento e de

progresso científico, que se diz comprometida com a igualdade entre os gêneros, mas que não oferece locais adequados para amamentação, ordenha, troca de fraldas, banho, produção ou aquecimento de alimentos nem quaisquer uma das necessidades que um bebê, ou uma criança, tem para permanência, mesmo que temporária, no local. A mensagem, ainda que silenciosa, é clara para as mulheres: mães não são bem vindas, seu lugar não é na Academia. Começa, no momento da percepção destas realidades, as angústias que uma mãe acadêmica enfrenta. Devido aos diversos desafios apresentados, a mãe não poderá levar seu filho para a universidade, pois não há estrutura para recepcioná-los, ao passo que não poderá ficar em casa, pois a lei só garante um tempo mínimo de afastamento. Sendo assim, a mãe universitária precisará contar com uma rede de apoio externa para que possa dar continuidade a seus trabalhos. Normalmente, esta rede de apoio é composta por familiares ou instituições educacionais, quando não é inexistente.

Vivemos em um país no qual gestar e parir não é uma escolha, pois a maternidade é compulsória. E mesmo quando escolhemos sermos mães, pois em tese deveríamos ter esse direito, em qual momento poderíamos maternas, sem nos abdicar de nossas carreiras e de nossas trajetórias acadêmicas e científicas? Homens podem ser pais, discentes e cientistas, nós mulheres não podemos? Seja na graduação, na pós-graduação, ou na docência, em nenhum desses níveis a maternidade é bem-vinda. E as discentes de graduação estão na base dessa pirâmide, pois muitas de nós estamos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, precisamos conciliar maternidade, Universidade e trabalho, pois nossos filhos precisam ser alimentados e precisam de um teto para morar. Por conta disso, muitas de nós temos que trancar dois ou mais períodos, atrasando nosso término de curso, ou até mesmo abandonar períodos inteiros, pois no meio do caminho perdemos nossa rede de apoio, prejudicando nosso rendimento. Isso não é levado em consideração quando concorremos a uma bolsa, não há equidade nos processos seletivos. E muitas de nós abandonamos a universidade, pois sem nenhum tipo de apoio para a nossa permanência, abandonar às vezes se mostra como único caminho.

A pandemia de COVID-19 e o isolamento social apenas evidenciou um problema que sempre existiu, trazendo enormes consequências para as mães que tiveram suas redes de apoio desfeitas, lembrando que antes essas redes de apoio já eram precárias, ou mesmo inexistentes. As escolas foram fechadas, nossas redes de apoio foram desfeitas e nós mães, muitas de nós mães-solo, cumprimos o PLE e o ensino remoto nos desdobrando entre múltiplas jornadas. O retorno das aulas nas escolas públicas ainda tem sido caótico, algumas crianças encontram-se em ensino presencial, híbrido, ou ainda, em ensino remoto. Quando uma criança adoece na escola, por protocolo, toda a turma é afastada por 15 dias. Porém, num contexto onde todas as crianças retornaram às suas atividades escolares presenciais, que não é o caso de todas, no período que compreende o semestre de 2021.2 (calendário imposto pela pandemia) as crianças estarão em férias escolares, portanto, mães e pais que estiverem sem rede de apoio, para além das escolas que estarão fechadas, e que porventura conseguirem arcar com o transporte diário, afinal o bilhete único universitário está bloqueado e sem previsão de retorno, deverão levar seus filhos à universidade, submetendo seus bebês e crianças, em sua grande maioria não vacinados e muitos que não têm idade para utilizar máscaras faciais, a uma ou mais conduções, por vezes lotadas, expondo-os ao risco de contaminação. Essas crianças, ainda não vacinadas, também estarão expostas a contaminação no ambiente universitário, pois terão que conviver em salas de aula e laboratórios.

Em reunião realizada pelo coletivo no último dia 10 de novembro, 19% das mães presentes sinalizaram que terão que levar seus filhos para a universidade diante do retorno presencial e 23,8% das mães sinalizaram que trancarão suas matrículas. Outras mães sinalizaram que farão o mínimo de disciplinas possíveis, que frequentarão a Universidade somente quando possível, ou que ainda não sabem como vão fazer para retornar ao presencial. Apenas 9,5% das mães presentes sinalizaram que frequentarão as aulas normalmente.

Portanto, mães, pais e cuidadores com filhos ainda não vacinados, ou que estejam com a rede de apoio comprometida por conta das férias escolares, por falta de vagas nas escolas, ou mesmo por não terem colocado seus filhos em escolas por não estarem vacinados, deveriam ter o direito a continuar no ensino remoto, para que discentes mães não percam suas bolsas acadêmicas e auxílios, evitando a evasão destas mães da universidade.

Considerando a maternidade como um fator de risco à permanência de mulheres na Universidade (URPIA & SAMPAIO, 2009; ANDRADE, 2016; FONTEL, 2019; SILVA, 2020) independente do contexto pandêmico, as Mães do Coletivo Mães da UFRJ concordam que a Universidade deve se comprometer a:

1. Produzir dados a respeito das mães discentes matriculadas na UFRJ, bem como mapear suas demandas a fim de se criar políticas de permanência para esse grupo na universidade.
2. Estruturar os campi da Universidade para o retorno presencial das mães, dos pais e dos cuidadores, especialmente instalando fraldários em todos os centros, de todos os campi da UFRJ.
3. Oferecer espaços reservados nos centros para amamentação e retirada de leite de mães lactantes.
4. Oferecer espaço infantil, em todos os turnos, para que mães e pais possam frequentar aulas e atividades práticas, ou reserva de vagas para discentes mães na creche da UFRJ.
5. Garantir o acesso de mães, pais e cuidadores, com filhos até 12 anos de idade, em todos os restaurantes universitários, permitindo que as crianças maiores se alimentem mediante o pagamento da taxa no RU.
6. Fornecer o Bilhete Único Universitário, ou auxílio transporte emergencial com valor compatível.
7. Garantir a permanência de mães com seus filhos nas salas de aula, visto que muitos professores impedem a presença de crianças em sala.
8. Garantir que os atestados médicos e declarações escolares dos filhos de discentes mães sejam aceitos para abonar faltas.
9. Oferecer trancamento extemporâneo para mães, pais e cuidadores em caso de adoecimento do filho, ou perda de rede de apoio, mediante comprovação.
10. Aumentar o valor e o número de vagas para a concessão do auxílio educação infantil para mães e pais discentes com filhos até 6 anos de idade e ampliar a oferta para discentes, mães e pais da pós-graduação.
11. Criar um auxílio que contemple discentes mães da graduação e da pós-graduação com filhos até os 12 anos de idade completos, considerando pesquisa do movimento Parent In Science (2020) que revela o impacto da pandemia em mães com filhos até

12 anos de idade e considerando o grupo "mães" com o um grupo em risco quanto a permanência universitária.

12. Conceder licença-maternidade para as discentes de graduação e pós-graduação, equivalente à licença-maternidade das mães docentes e das mães servidoras técnico-administrativas, como outras UFs já oferecem.

Esperamos que a Universidade Federal do Rio de Janeiro de fato se comprometa a reverter a realidade que suas discentes mães vivenciam diariamente, se preocupando de fato com a promoção da equidade de gênero dentro e fora de seus muros. Fato que por anos as mulheres-mães estiveram silenciadas, presas a um destino considerado inevitável, que é a maternidade, destino no qual, durante séculos, os espaços públicos e os espaços de produção do conhecimento não se encaixavam. Mas hoje sabemos nossa história através de diversas autoras e de diversas pesquisas, hoje exigimos que a Universidade Federal do Rio de Janeiro se comprometa a oferecer o mínimo de dignidade para que mulheres-mães acessem, permaneçam e progridam nela, pois este espaço é um espaço de direito de nós mulheres, portanto não iremos recuar.

As mães integrantes do Coletivo Mães da UFRJ assinam esta carta.

ANEXO II: RESOLUÇÃO N 02/2019 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018 (CONSUNI)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 02/2019

Regulamenta a Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, reunido em sessão de 14 de fevereiro de 2019, considerando:

1. A Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007 que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES); e o Decreto nº 7.234/2010 que dispõe sobre esse programa;
2. A necessidade de estabelecer ações que visem reduzir a evasão e a retenção, bem como garantir o desempenho acadêmico e a permanência qualitativa de estudantes;
3. Que o atual Programa de Auxílio ao Estudante já não reflete a realidade do perfil discente da UFRJ, visto que formulado em 2008, data anterior à aprovação do PNAES, à inserção da Universidade no Sistema de Seleção Unificada (SISU) e à implementação da Política de Ações Afirmativas (Lei nº 12.711/2012);
4. A necessidade de garantir a permanência de estudantes beneficiados pelas ações afirmativas estabelecidas a partir da instituição da Política de Ações Afirmativas (Lei nº 12.711/2012);
5. O compromisso assumido pela Pró-Reitoria de Políticas Estudantis de elaborar uma Política de Assistência Estudantil que contemple as atuais demandas do corpo discente da UFRJ até o início de 2019.

Art. 1º Estabelece a Política de Assistência Estudantil da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis, PROAES/PR-7, e fixa diretrizes sobre o seu funcionamento.

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 2º A Política de Assistência Estudantil compreende todas as modalidades de benefícios concedidos pela Pró-Reitoria de Políticas Estudantis (PR-7), visando ampliar as condições de permanência dos/as estudantes na universidade, assegurar a inclusão social, promover a qualidade de vida e a democratização do ensino superior.

Art. 3º A Assistência Estudantil compreende as atividades continuadas destinadas a assegurar condições assistenciais comprometidas com a melhoria da vida acadêmica dos estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 4º Os princípios que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso de estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro são:

- I – O respeito à dignidade dos estudantes, vedadas todas as formas de discriminação;
- II – A afirmação da educação como um bem público social, laico, gratuito e democrático;
- III – O compromisso com a ampliação e democratização das condições de acesso e permanência no



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

ensino superior;

IV – O compromisso com as necessidades sociais dos estudantes que lhes garantam efetivas condições de acesso, permanência e conclusão visando a inclusão, o reconhecimento e o respeito à diversidade étnica, cultural e de gênero;

V – A liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

VI – A justiça social e a eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação;

VII – A gestão democrática e transparência na execução dos recursos, benefícios, ações, programas e projetos da Assistência Estudantil, bem como nos critérios para a obtenção e manutenção dos mesmos.

Art. 5º A Política de Assistência Estudantil, em consonância com os princípios estabelecidos anteriormente, tem por objetivos:

I – Ampliar as condições de permanência de estudantes, contribuindo para a conclusão dos cursos na perspectiva da inclusão social, da rigorosa formação científica, histórica, cultural, artística e da democratização do ensino;

II – Assegurar aos estudantes igualdade de oportunidade no exercício das atividades acadêmicas e uma formação técnico-científica, humana e cidadã de qualidade;

III – Contribuir para a redução das taxas de evasão, reprovação e retenção por meio de medidas que atenuem os efeitos das desigualdades socioeconômicas e culturais;

IV – Contribuir para a construção dos meios necessários para elevar o desempenho acadêmico dos estudantes e assegurar sua integração à vivência universitária;

V – Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos estudantes, abrangendo condições econômicas, sociais, políticas, culturais, físicas, de saúde e pedagógicas.

CAPÍTULO III
DA POLÍTICA E PÚBLICO ALVO

Art. 6º A Política de Assistência Estudantil compreende o conjunto dos benefícios concedidos pela Pró-Reitoria de Políticas Estudantis, sendo composta por programas, serviços e auxílios financeiros sob gestão desta Pró-Reitoria direcionados para a permanência e conclusão de curso na perspectiva da inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida.

Art. 7º Os programas que compõem a Política de Assistência Estudantil são:

I – Programa de Acolhimento em Saúde;

II – Programa de Alimentação;

III – Programa de Apoio a Estudantes Mães e Pais;



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

- IV – Programa de Apoio Pedagógico;
- V – Programa de Combate a Opressão e Violência;
- VI – Programa de Esporte e Lazer;
- VII – Programa de Incentivo à Cultura;
- VIII – Programa de Moradia Estudantil;
- IX – Programa de Transporte;
- X – Programa de Atendimento a Situações Emergenciais.

§ 1º Os programas dos Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, IX e X são destinados a estudantes com matrícula ativa e inscrição em disciplinas, na UFRJ, na Educação Básica, Graduação e Pós-Graduação.

§ 2º O programa do Inciso VIII é destinado a estudantes maiores de idade, com matrícula ativa e inscrição em disciplinas em cursos presenciais de graduação e pós-graduação da UFRJ.

Art. 8º A Política de Assistência Estudantil tem como público prioritário estudantes com extrema vulnerabilidade econômica e social, conferindo ênfase a negros/as, indígenas, oriundos/as de populações tradicionais, com deficiência, transexuais, travestis e ingressantes por Refúgio Político.

CAPÍTULO IV
DO FINANCIAMENTO E GESTÃO

Art. 9º As políticas e ações de assistência estudantil serão custeadas por recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e, suplementarmente, considerando sua realidade orçamentária, pelos recursos da UFRJ, dotação considerada prioritária pela instituição.

§ 1º As ações da Política de Assistência Estudantil que prevejam pagamento de benefícios diretos a estudantes serão mantidas com recursos orçamentários oriundos do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (Decreto nº 7.234/2010).

§ 2º Estas ações poderão ser complementadas a partir de outras fontes orçamentárias e extra-orçamentárias da UFRJ, conforme orientação da Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças (PR-3).

Art. 10. Os Programas da Política de Assistência Estudantil serão geridos e supervisionados pela Pró-Reitoria de Políticas Estudantis, por intermédio de suas Divisões e Assessorias.

CAPÍTULO V
DOS PROGRAMAS

Art. 11. O Programa de Acolhimento em Saúde (Chega Mais/PR-7) consiste em ações de desenvolvimento de atividades de promoção da saúde, realizadas por equipe multidisciplinar, sob gestão da PR-7, incluindo núcleos de acolhimento como ordenadores da rede de cuidado em saúde, com rodas de conversa, oficinas, práticas integrativas complementares em saúde (PICS), dentre



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

outras iniciativas, visando a melhoria das condições de permanência de discentes na UFRJ.

Art. 12. O Programa de Alimentação (Nutre/PR-7) consiste da garantia do acesso universal aos Restaurantes Universitários (RUs), mantidos por recursos próprios da UFRJ, acesso gratuito aos RUs a estudantes com perfil de renda inferior ou igual a 1,5 (um e meio) salário mínimo per capita e pagamento de Auxílio Emergencial a estudantes de campi que não possuam Restaurante Universitário, conforme disponibilidades orçamentárias.

Parágrafo único. O Programa de Alimentação é responsável por manter interlocução constante com o Sistema Integrado de Alimentação da Pró-Reitoria de Gestão e Governança (SIA/PR-6) objetivando garantir as melhores condições de alimentação ao corpo discente da UFRJ.

Art. 13. O Programa de Apoio a Estudantes Mães e Pais (Vamos Juntos/PR-7) consiste em ações voltadas a permanência de estudantes mães e pais na Universidade, por meio de ações de conscientização do corpo social da UFRJ e da criação de locais que deem condições para o cuidado às crianças, como espaço parental, fraldário, espaço de amamentação, além de auxílio financeiro específico para este público, conforme as disponibilidades orçamentárias.

Art. 14. O Programa de Apoio Pedagógico (Descomplica/PR-7) consiste em ações de orientação a docentes, coordenações de curso e estudantes beneficiários das ações desta Política ou com demandas pedagógicas relacionadas a processos de estudo e trajetória acadêmica, atuando de maneira integrada com as unidades acadêmicas.

Parágrafo único. A aquisição de materiais acadêmicos específicos poderá contar com apoio da presente política, conforme disponibilidade orçamentária.

Art. 15. O Programa de Inclusão e Combate a Opressão e Violência (Diversifica/PR-7) consiste em conjunto de ações voltadas para o combate às opressões sofridas por populações historicamente oprimidas pela sociedade, com especial atenção para LGBTQI+, pretos/as e pardos/as, indígenas, mulheres e pessoas com deficiência.

§ 1º Campanhas permanentes, palestras, oficinas temáticas e eventos de discussão sobre as pautas específicas destes grupos constituem o eixo central de atuação.

§ 2º O presente Programa atuará em articulação com outras instâncias da UFRJ, em especial a Direção de Acessibilidade, do Gabinete do Reitor (DIRAC/GR), o Centro de Referência da Mulher, do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (CRM/NEPP-DH), a Comissão de Direitos Humanos e Combate às Violências (CDHCV/UFRJ) e a Ouvidoria Geral (OG/UFRJ), além de entidades afins externas à UFRJ.

Art. 16. O Programa de Esporte e Lazer (Agita/PR-7) consiste na oferta de atividade física, esporte e lazer com a finalidade disseminar tais práticas voltadas para a melhoria da saúde e da qualidade de vida, bem como para a promoção de aspectos positivos de socialização, contribuindo para ampliar as condições de permanência de estudantes.

Art. 17. O Programa de Incentivo à Cultura (Cria/PR-7) consiste no incentivo ao desenvolvimento de atividades artístico-culturais por estudantes da UFRJ, através do Edital de Apoio à Realização de Eventos de Estudantes, além de viabilização e estímulo ao acesso a equipamentos culturais.

Art. 18. O Programa de Moradia Estudantil (Habita/PR-7) consiste em vaga nas Residências



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Estudantis, acesso gratuito a café da manhã, lanche da tarde e Restaurantes Universitários da UFRJ, além de ações de adaptação de estudantes oriundos de outros estados e municípios distantes que necessitem de apoio na chegada à UFRJ.

§ 1º A UFRJ destinará um total de até R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), dos recursos PNAES, por ano, para auxílios financeiros relacionados à habitação de estudantes, até que a expansão das moradias atinja um total de, pelo menos, 1.200 vagas.

§ 2º Estudantes contemplados pelo Projeto de Moradia da Prefeitura Municipal de Macaé receberão auxílio financeiro específico, normatizado pela Portaria PR-7/UFRJ nº 8.833, de 10 de setembro de 2018, de maneira a viabilizar alimentação e transporte.

Art. 19. O Programa de Transporte (Movimenta/PR-7) consiste de ações integradas junto a instâncias municipais e estadual de maneira a viabilizar benefícios relacionados à mobilidade urbana para estudantes e de auxílio financeiro para situações não atendidas por tais esferas, conforme as disponibilidades orçamentárias e, também, manter interlocução constante com a Prefeitura Universitária, almejando atender com máxima eficiência as demandas estudantis por transporte *intracampus e intercampi*.

Art. 20. O Programa de Atendimento a Situações Emergenciais (PASE/PR-7) consiste na articulação de um conjunto ações objetivando atender circunstâncias não previstas e que demandem tempo de resposta reduzido.

Art. 21. As disposições gerais sobre os programas e os regimentos dos espaços acima descritos serão estabelecidos através de instruções normativas da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis, em até 120 dias após a aprovação da presente resolução.

Art. 22. O acesso aos programas descritos pelos Artigos 12, 13, 14, 16, 17, 18 e 19 dar-se-á através de editais específicos.

CAPÍTULO VI
DOS BENEFÍCIOS INDIVIDUAIS

Art. 23. Os benefícios financeiros que compõem a presente Política são:

- I – Auxílio Alimentação;
- II – Auxílio Transporte;
- III – Auxílio Educação Infantil;
- IV – Auxílio Material Didático;
- V – Auxílio Moradia;
- VI – Auxílio Permanência;
- VII – Auxílio Situações Emergenciais.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

§ 1º Os presentes auxílios serão custeados por recursos financeiros oriundos do PNAES, podendo ser complementados por outras fontes orçamentárias e extra orçamentárias, a critério da UFRJ e considerando suas disponibilidades orçamentárias.

§ 2º Os auxílios financiados pelo PNAES serão destinados, obrigatoriamente, a estudantes de graduação presencial com renda familiar per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio (valor vigente no país na data da solicitação), conforme estabelece o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, ficando vedada a participação de estudantes que possuam matrícula simultânea em, ou já tenham concluído, cursos de pós-graduação.

§ 3º Os auxílios listados nos Incisos I, II, III, IV, V e VI são acumuláveis entre si, sendo permitido ao estudante ser beneficiário de uma ou mais modalidades.

§ 4º O Auxílio Situações Emergenciais não poderá ser acumulado com qualquer um dos demais auxílios acima listados.

Art. 24. O Auxílio Alimentação consiste na concessão de refeições gratuitas nos Restaurantes Universitários da UFRJ.

Parágrafo único. Os discentes do campus de Macaé receberão auxílio alimentação nos termos da Portaria PR-7/UFRJ nº 7.068 de 25 de julho de 2018, ou norma que a substitua, até a conclusão do restaurante universitário do campus.

Art. 25. O Auxílio Transporte consiste em benefício financeiro para custeio parcial das despesas de deslocamento à UFRJ e se apresenta em 03 (três) modalidades:

I – Auxílio Transporte Intermunicipal, destinado a estudantes de cursos presenciais que residam em municípios distintos do campus em que estão matriculados, selecionados a partir dos critérios e normas dispostos nesta Resolução e por meio de edital público;

II – Auxílio Transporte Municipal 1, para estudantes de cursos presenciais dos campi localizados em municípios do Rio de Janeiro que não possuam nenhuma política de Estado que garanta a isenção ou o custeio parcial das despesas de deslocamento em transportes públicos municipais, selecionados a partir dos critérios e normas dispostos nesta Resolução e por meio de edital público;

III – Auxílio Transporte Municipal 2, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do Auxílio descrito no Inciso II, para estudantes de cursos presenciais dos campi localizados em municípios que possuam Políticas de Estado que garanta o custeio parcial das despesas de deslocamento em transportes públicos municipais, selecionados a partir dos critérios e normas dispostos nesta Resolução e por meio de edital público.

§ 1º Os Auxílios Transporte, acima listados, serão extintos no caso de implementação de política de Estado que subsidie integralmente o custeio das despesas de deslocamento em transportes públicos.

§ 2º No caso de revogação das Políticas Públicas para subsídio de despesas com transporte em vigor, os beneficiários poderão ser remanejados para outra modalidade de Auxílio Transporte, de acordo com a disponibilidade orçamentária.

Art. 26. O Auxílio Educação Infantil consiste em benefício financeiro mensal, destinado a estudantes que comprovem possuir dependentes com idade inferior a 06 (seis) anos, tendo por



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

objetivo suprir parcialmente as despesas decorrentes da maternidade/paternidade, selecionados a partir dos critérios e normas dispostos nesta Resolução e por meio de edital público.

I – Para concorrer ao auxílio, a/o estudante deve comprovar ser a/o responsável legal por criança com idade inferior a 06 (seis) anos;

II – Na hipótese de ambos os pais serem estudantes da UFRJ, apenas um poderá ser beneficiário do auxílio. No caso de pais divorciados, separados e/ou que não vivem juntos, receberá o auxílio aquele que detiver a guarda legal do dependente e, em caso de guarda compartilhada, o auxílio será destinado à mãe;

III – Quando a/o estudante tiver mais de um/a dependente com idade inferior a 06 (seis) anos, o Auxílio Educação Infantil será concedido apenas para a criança com a menor idade;

IV – O pagamento do benefício será automaticamente suspenso quando a/o dependente completar 06 (seis) anos de idade.

Art. 27. O Auxílio Material Didático consiste em benefício financeiro, com a finalidade de suprir parcialmente as despesas com aquisição de material didático e pedagógico necessários para o pleno desenvolvimento das atividades dos cursos de graduação presenciais, visando contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, selecionados a partir dos critérios e normas dispostos nesta Resolução e por meio de edital público.

Art. 28. O Auxílio Moradia consiste em benefício financeiro mensal, destinado a estudantes não contemplados com vaga em Residência Estudantil, com a finalidade de custear parcialmente as despesas com habitação de estudantes que necessitem residir fora de seu núcleo familiar para estudar na UFRJ, selecionados a partir dos critérios e normas dispostos nesta Resolução e por meio de edital público.

§ 1º A construção de novas moradias implicará na imediata alocação do/a estudante beneficiário/a desta modalidade de auxílio para esta nova vaga e perda do auxílio financeiro.

§ 2º Novas vagas abertas nas moradias existentes serão destinadas através de edital público.

Art. 29. O Auxílio Permanência consiste em benefício financeiro mensal, com a finalidade de auxiliar na permanência de estudantes com matrícula regular, ingressantes pela modalidade de renda da Política de Ações Afirmativas, com renda familiar de até 0,5 (meio) salário mínimo per capita, conforme a disponibilidade orçamentária.

Art. 30. O Auxílio Situações Emergenciais poderá ser concedido na modalidade financeira, ou mediante concessão de gratuidade no acesso aos Restaurantes Universitários, com prazo máximo de até 06 (seis) meses, destinado a estudantes que comprovem se encontrar em situações emergenciais de extrema vulnerabilidade biopsicossocial que impossibilitem sua permanência na UFRJ.

I – Este auxílio será regido por regulamento próprio, estabelecido por Portaria da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis, publicada em até 60 (sessenta) dias após a aprovação desta Resolução;

II – A solicitação do benefício dar-se-á por demanda espontânea e a avaliação do caso para fins de concessão do benefício será realizada por Comissão Mista de Avaliação (COMPA/PR-7);



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

III – O prazo para concessão do benefício será de 01 (um) a 03 (três) meses, renovável por igual período mediante parecer da Comissão Mista de Avaliação;

IV – Não será permitido o acúmulo do Auxílio Situações Emergenciais com outros auxílios assistenciais da UFRJ ou de outros órgãos governamentais;

V – Uma vez contemplado com este auxílio, o beneficiário deverá, obrigatoriamente, inscrever-se no próximo edital para seleção de benefícios. A não inscrição implicará na perda do benefício;

VI – Cada estudante poderá fazer uso do Auxílio Situações Emergenciais somente uma vez durante sua permanência na UFRJ;

VII – A Pró-Reitoria de Políticas Estudantis reservará montante financeiro anual para esta ação, conforme disponibilidade orçamentária e norma específica.

Art. 31. Os auxílios financeiros descritos nos Artigos 25, 26, 27, 28, 29 e 30 terão seus valores fixados por Portaria da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis, respeitados os limites financeiros da UFRJ, publicada após a aprovação do Orçamento da UFRJ para o ano subsequente.

Parágrafo único. Os valores de referência dos auxílios somente poderão ser reduzidos mediante aprovação do Conselho Universitário.

CAPÍTULO VII
DOS CRITÉRIOS PARA CONCORRÊNCIA AOS BENEFÍCIOS

Art. 32. Para concorrer aos benefícios previstos por esta Política, a/o estudante deverá:

I – Estar regularmente matriculado em um dos cursos de graduação presenciais da UFRJ;

II – Comprovar renda per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio conforme disposto pelo Decreto nº 7.234/2010;

III – Estar cursando, prioritariamente, a primeira graduação;

IV – Estar inscrito/a em, no mínimo, 20 (vinte) horas semanais em disciplinas de graduação presencial no semestre vigente;

V – Apresentar Coeficiente de Rendimento Acumulado (CRA) igual ou superior a 4,0 (quatro);

VI – Não ter atingido o prazo médio de integralização (média entre o prazo mínimo recomendado e o prazo máximo de integralização) do seu curso;

VII – Atender às demais disposições e critérios exigidos em edital de seleção pública.

§ 1º Estudantes que não atendam aos dispostos nos Incisos IV, V e VI poderão participar dos certames mediante apresentação, no ato da inscrição, de Declaração de Ciência da Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico de seu curso e plano de estudos elaborado visando à recuperação do desempenho acadêmico do discente e conclusão do curso dentro do prazo máximo de integralização.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

§ 2º Estudantes beneficiários do Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES) poderão concorrer ao Auxílio Alimentação e a vagas na moradia, sendo vetado o acesso aos demais auxílios.

CAPÍTULO VIII
DA SELEÇÃO PARA OS BENEFÍCIOS

Art. 33. A Pró-Reitoria de Políticas Estudantis divulgará os editais para concorrência aos auxílios previstos no Art. 23, Incisos I, II, III, IV e V e editais de convocação para o auxílio previsto no Inciso VI, em sua página eletrônica (www.politicasesudantis.ufrj.br).

Art. 34. O quantitativo de vagas para as modalidades de benefícios previstos por esta Política será determinado em editais próprios, com periodicidade semestral ou conforme a disponibilidade de recursos orçamentários.

Art. 35. As etapas da seleção para ingresso nos benefícios serão descritas em edital próprio.

Art. 36. No ato da inscrição, o/a estudante deverá anexar toda a documentação descrita em edital. Nos casos em que a documentação exigida esteja incompleta ou não sejam cumpridos os prazos estabelecidos, o/a estudante será excluído/a do certame.

Art. 37. É de responsabilidade exclusiva do/a estudante o preenchimento correto dos dados da inscrição e envio de toda documentação.

Art. 38. Poderá ser solicitada documentação complementar à descrita em edital, caso se façam necessários maiores esclarecimentos acerca da situação socioeconômica de estudante.

Art. 39. A inscrição do/a estudante no certame implica em aceitação de todas as condições estabelecidas por esta Resolução, bem como do edital de seleção pública para ingresso nos auxílios financeiros.

§ 1º Eventuais fraudes deverão ser apuradas pela Pró-Reitoria de Políticas Estudantis.

§ 2º Caso comprovada a fraude, o/a estudante será excluído do processo e terá o benefício imediatamente cancelado, sendo obrigado a ressarcir o erário público pelos valores ora recebidos.

Art. 40. O resultado dos processos seletivos com a listagem de candidatos classificados para cada benefício será divulgado na página eletrônica da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis (www.politicasesudantis.ufrj.br), nas datas definidas pelos respectivos editais.

CAPÍTULO IX
DAS INSTÂNCIAS RECURSAIS

Art. 41. Os editais de seleção para acesso aos benefícios deverão prever período e condições para interposição de recursos aos candidatos indeferidos no certame.

Art. 42. A solicitação de recurso ao resultado deverá ser apresentada em formulário próprio conforme orientações e período previsto em edital e será encaminhada através de processo administrativo para análise pela Comissão Mista de Avaliação (COMPA/PR-7)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

§ 1º A COMPA/PR-7 será designada através de Portaria da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis.

§ 2º A Comissão estabelecerá seu Regimento em até 180 dias após a publicação da Portaria de instalação da mesma.

Art. 43. À decisão da Comissão Mista de Avaliação caberá recurso final ao Conselho Universitário.

Art. 44. Tendo seu recurso provido por uma das instâncias recursais, o candidato fará jus ao pagamento do auxílio somente a partir da data da decisão recursal.

CAPÍTULO X
DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS

Art. 45. Após a divulgação do resultado, os/as estudantes selecionados/as deverão comparecer nos locais e prazos estabelecidos em edital próprio para assinatura do termo de compromisso. O não comparecimento para assinatura do termo de compromisso no prazo determinado em edital implicará na eliminação do/a candidato/a classificado/a.

Art. 46. Para recebimento dos auxílios financeiros, o/a estudante deve possuir conta corrente devidamente cadastrada no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA) e manter seus dados atualizados. É de inteira responsabilidade do/a candidato/a classificado/a cadastrar seus dados bancários no SIGA.

I – Os dados bancários cadastrados devem ser referentes à conta corrente do próprio. Não é permitido o pagamento de auxílios em contas conjuntas, poupança ou contas de terceiros;

II – Candidatos/as classificados/as somente receberão seu auxílio após o cadastramento dos respectivos dados bancários. Não haverá pagamento de auxílios retroativos para estudantes que não efetuarem o cadastro dentro do prazo determinado em edital próprio.

CAPÍTULO XI
DA VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO

Art. 47. O tempo máximo que o/a estudante poderá usufruir dos benefícios previstos nesta Resolução será igual ao prazo médio de integralização do curso de graduação presencial que está matriculado/a.

Parágrafo único. Estudante que não atenda ao disposto no Art. 32, incluído/a mediante autorização da respectiva Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico, terá o benefício cancelado ao atingir o tempo máximo de integralização do curso.

Art. 48. A avaliação socioeconômica realizada na seleção para ingresso no benefício terá validade de 02 (dois) anos.

Parágrafo único. Qualquer mudança na situação socioeconômica do/a beneficiário/a do Programa de Assistência Estudantil deverá ser imediatamente comunicada à Pró-Reitoria de Políticas Estudantis.

Art. 49. O processo de renovação dos benefícios é de competência da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Parágrafo único. Outras instâncias poderão ser consultadas para eventuais esclarecimentos sobre situações específicas.

Art. 50. Estudantes atendidos/as pelos benefícios previstos nesta Resolução deverão passar por processo anual de renovação dos benefícios, onde serão verificados os seguintes critérios acadêmicos para continuidade no Programa:

I – Apresentar Coeficiente de Rendimento Acumulado (CRA) igual ou superior a 4,0 (quatro);

II – Apresentar o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de aprovação nas disciplinas cursadas no período imediatamente anterior à renovação;

III – Estar inscrito em, no mínimo, 20 (vinte) horas semanais no semestre em curso ou apresentar documento de autorização da Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico de seu curso;

IV – Não ter atingido o prazo médio de integralização de seu curso de graduação presencial, salvo os casos que se enquadrem no previsto pelo Artigo 32, §1º;

V – Estudante que apresentar reprovação por frequência em todas disciplinas cursadas no semestre anterior à renovação será automaticamente excluído dos benefícios.

VI – Não ter sofrido sanção disciplinar.

Parágrafo único. Bialmente, este procedimento será acrescido de reavaliação da situação socioeconômica.

Art. 51. Estudantes que no processo de renovação apresentarem CRA igual ou inferior a 5,0 (cinco) deverão ser acompanhados pelas Comissões de Orientação e Acompanhamento Acadêmico de seus cursos com a colaboração técnica da Divisão de Integração Pedagógica, da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis (DIPED/PR-7), visando a recuperação gradual do rendimento acadêmico.

Art. 52. Ao se identificar o descumprimento de qualquer dos critérios determinados pelo Art. 50, será solicitado parecer à Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico, cabendo a decisão final sobre a renovação do benefício à Pró-Reitoria de Políticas Estudantis.

Art. 53. A DIPED/PR-7 poderá convocar estudantes beneficiários para atendimento pedagógico. Caso o estudante não compareça por 02 (duas) vezes consecutivas e sem justificativa formal em até 02 (dois) dias úteis após a data agendada, terá a renovação do benefício indeferida.

Art. 54. Estudantes que realizem reingresso não terão direito à manutenção dos benefícios percebidos até a conclusão do curso anterior.

§ 1º Concluintes de curso bacharelado ou licenciatura que comprovem nova matrícula em curso de licenciatura ou bacharelado da mesma área, terão direito a manter os benefícios por até o prazo mínimo de integralização da nova matrícula.

§ 2º Tal ingresso deverá ocorrer no período subsequente à conclusão do primeiro curso.

§ 3º Caso a solicitação aconteça em prazo maior, o/a estudante não fará jus à continuidade do



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

benefício, devendo se submeter a novo edital.

Art. 55. Estudantes que optarem por mudança de curso, obedecendo a edital específico para tal, poderão receber seus benefícios até o prazo mínimo de integralização do novo curso, sendo vedada nova mudança.

**CAPÍTULO XII
DO CANCELAMENTO DOS BENEFÍCIOS**

Art. 56. Os benefícios concedidos pela Pró-Reitoria de Políticas Estudantis serão imediatamente cancelados nas seguintes situações:

I – Mediante solicitação por escrito do/a estudante beneficiário/a;

II – Por cancelamento de matrícula por conclusão de curso, abandono ou transferência para outra Instituição de Ensino Superior;

III – Por descumprimento das disposições desta Resolução, do edital a que se refere seu benefício ou do Regimento das Residências Estudantis quando beneficiário da vaga;

IV – Ao não mais restarem créditos e horas a cumprir no Boletim de Orientação Acadêmica (BOA);

V – Por sanção disciplinar, conforme previsto no Regimento Geral da UFRJ, Artigo 286, § 2º.

Art. 57. Estudantes em trancamento de matrícula, intercâmbio ou mobilidade acadêmica deverão comunicar, imediatamente, a PR-7 sobre sua situação.

§ 1º O benefício permanecerá suspenso pelo tempo do afastamento do/a estudante.

§ 2º A não comunicação implicará no cancelamento do benefício, ao se identificar a irregularidade.

§ 3º Em caso de recebimento indevido, o/a estudante estará obrigado a recompor o erário público.

§ 4º O prazo máximo de trancamento para manutenção do benefício é de 01 (um) ano.

§ 5º O prazo máximo para retorno de intercâmbio/mobilidade acadêmica é de 1,5 (um e meio) ano.

Art. 58. Caso seja identificada fraude ou falsidade das informações fornecidas pelo/a estudante, o benefício será cancelado e o/a estudante terá de ressarcir o erário público sobre o valor recebido.

Parágrafo único. Outras sanções poderão ser estabelecidas, a critério da PR-7.

**CAPÍTULO XIII
DO PAGAMENTO DOS AUXÍLIOS FINANCEIROS**

Art. 59. O pagamento dos auxílios será efetivado mensalmente, de acordo com a disponibilidade orçamentária da UFRJ, mediante depósito bancário em conta corrente em nome do/a estudante beneficiário/a.

§ 1º O primeiro pagamento do auxílio financeiro para o qual o/a estudante for selecionado/a será



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

efetuado tão somente após a assinatura do Termo de Compromisso, obedecendo o cronograma definido no edital de seleção.

§ 2º Em caso de estorno bancário por incorreção de dados bancários fornecidos pelo/a estudante, a regularização destes é de inteira responsabilidade do/a mesmo/a. Após a correção, deverá ser solicitada à PR-7 a reapresentação do pagamento.

CAPÍTULO XIV
DA AVALIAÇÃO DA POLÍTICA

Art. 60. A partir da aprovação da presente Resolução, deverão ser estabelecidos, no prazo máximo de 01 (um) ano, indicadores de avaliação desta Política.

Parágrafo único. A Política de Assistência Estudantil deverá ser avaliada sob indicadores acadêmicos, financeiros e sociais.

Art. 61. A Política de Assistência Estudantil deverá ser avaliada bienalmente, até o quarto ano, a partir de sua implantação, quando passará a ser reavaliada anualmente.

CAPÍTULO XV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 62. Estudantes beneficiários/as do atual Programa de Auxílio ao Estudante (Resolução CEG 01/2008) poderão transitar de ação, mediante participação em edital específico para este fim.

§ 1º Editais de transição serão abertos semestralmente.

§ 2º As bolsas previstas pelo Programa de Auxílio ao Estudante passam a ser regidas pelos critérios de manutenção e renovação estabelecidos na presente Resolução.

Art. 63. Estudantes ingressantes pela modalidade de renda da Política de Ações Afirmativas no primeiro semestre letivo do ano de 2019, regularmente matriculados e renda entre 0,5 (meio) e 1,5 (um e meio) salário mínimo per capita, terão direito a um auxílio financeiro com vigência até dezembro de 2019.

Art. 64. A concessão de qualquer modalidade de benefício prevista pela Política de Assistência Estudantil não configura, para qualquer efeito, vínculo empregatício com a UFRJ.

Art. 65. A concessão dos benefícios previstos por esta Resolução está sujeita à disponibilidade orçamentária e financeira da UFRJ.

Art. 66. Eventuais omissões nesta Resolução serão solucionadas pela Pró-Reitoria de Políticas Estudantis.

Art. 67. A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação no Boletim da Universidade Federal do Rio de Janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Prof. Roberto Leher
Reitor

ANEXO III: LEI N 6.202 DE 17 DE ABRIL DE 1975

L6202

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l62**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos****LEI Nº 6.202, DE 17 DE ABRIL DE 1975.**

Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A partir do oitavo mês de gestação e durante três meses a estudante em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares instituído pelo [Decreto-lei número 1.044, 21 de outubro de 1969](#).

Parágrafo único. O início e o fim do período em que é permitido o afastamento serão determinados por atestado médico a ser apresentado à direção da escola.

Art. 2º Em casos excepcionais devidamente comprovados mediante atestado médico, poderá ser aumentado o período de repouso, antes e depois do parto.

Parágrafo único. Em qualquer caso, é assegurado às estudantes em estado de gravidez o direito à prestação dos exames finais.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de abril de 1975; 154º da Independência e 87º da República.

Ernesto Geisel
Ney Braga

Este texto não substitui o publicado no DOU de 17.4.1975

ANEXO IV: DECRETO LEI N 1.044 DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

EL 1044

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del10

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO-LEI Nº 1.044, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969.

[Vide Lei nº 6.202, de 1975](#)
[Vide Lei nº 6.503, de 1977](#)
[Vide Lei nº 7.692, de 1988](#)

Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica.

OS MINISTROS DA MARINHA DE GUERRA, DO EXÉRCITO E DA AERONÁUTICA MILITAR, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e

CONSIDERANDO que a Constituição assegura a todos o direito à educação;

CONSIDERANDO que condições de saúde nem sempre permitem freqüência do educando à escola, na proporção mínima exigida em lei, embora se encontrando o aluno em condições de aprendizagem;

CONSIDERANDO que a legislação admite, de um lado, o regime excepcional de classes especiais, de outro, o da equivalência de cursos e estudos, bem como o da educação peculiar dos excepcionais;

DECRETAM:

Art 1º São considerados merecedores de tratamento excepcional os alunos de qualquer nível de ensino, portadores de afecções congênicas ou adquiridas, infecções, traumatismo ou outras condições mórbidas, determinando distúrbios agudos ou agudizados, caracterizados por:

a) incapacidade física relativa, incompatível com a freqüência aos trabalhos escolares; desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes;

b) ocorrência isolada ou esporádica;

c) duração que não ultrapasse o máximo ainda admissível, em cada caso, para a continuidade do processo pedagógico de aprendizado, atendendo a que tais características se verificam, entre outros, em casos de síndromes hemorrágicas (tais como a hemofilia), asma, cartide, pericardites, afecções osteoarticulares submetidas a correções ortopédicas, nefropatias agudas ou subagudas, afecções reumáticas, etc.

Art 2º Atribuir a esses estudantes, como compensação da ausência às aulas, exercício domiciliares com acompanhamento da escola, sempre que compatíveis com o seu estado de saúde e as possibilidades do estabelecimento.

Art 3º Dependerá o regime de exceção neste Decreto-lei estabelecido, de laudo médico elaborado por autoridade oficial do sistema educacional.

Art 4º Será da competência do Diretor do estabelecimento a autorização, à autoridade superior imediata, do regime de exceção.

Art 5º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD
 AURÉLIO DE LYRA TAVARES
 MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
 Tarso Dutra

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 22.10.1969 e retificado no D.O.U. 11.11.1969